

**atlas**  
**de** **RELACÕES**  
**INTERNACIONAIS**

N.º 26

**O BRASIL E A BACIA AMAZÔNICA**

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Conquista e Ocupação. 2 — Dados Gerais. 3 — Desenvolvimento e Colonização. 4 — Integração Rodoviária 2

**A BACIA DO PRATA E O BRASIL**

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Dados Gerais. 2 — Ocupação Humana. 3 — Problemas Platinos. 4 — Corredores de Exportação. .... 15

**BULGÁRIA**

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Aspecto Geoeconômico. 2 — Aspecto Histórico-Político. .... 27

# O Brasil e a Bacia Amazônica

THEREZINHA DE CASTRO  
Geógrafa do IBGE

## 1 — Conquista e Ocupação

A foz do Amazonas foi descoberta em 1500 pelo espanhol Vicente Pinzon, que lhe deu o nome de *Mar Dulce*. Em 1507, outro espanhol, Francisco Orellana, desceu o rio e vendo índios de cabelos compridos, em luta, tomou-os por mulheres; daí ter dado ao rio o nome das *Amazonas*, lembrando a lenda grega das mulheres guerreiras. Imaginando que a região ficasse fora dos limites de Tordezilhas, abandonaram-na, propiciando aos portugueses ocupá-la mais tarde, assenhoreando-se de quase toda a bacia Amazônica.

Se no século XVII a união das monarquias ibéricas favoreceu o alargamento para o interior da linha de Tordezilhas, contribuiu também para que os inimigos da Espanha viessem atacar e ocupar partes do território brasileiro.

No setor bandeirantista, Antônio Raposo Tavares, após destruir a missão jesuítica espanhola do Itatim (sudoeste de Mato Grosso), contribuía para que se integrassem ao Brasil nascentes de rios formadores da Bacia do Prata, realizando o primeiro circuito terrestre no continente sul-americano; assim, em 1648, do rio Paraguai atingia a Bacia Amazônica, fazendo em viagem de três anos a ligação desses dois complexos fluviais. Quanto aos ataques estrangeiros, enquanto os holandeses se estabeleciam em Pernambuco e os franceses no Maranhão, os ingleses procuravam ocupar a Amazônia, já que os reis Jaime I e Carlos I resolviam doar territórios nessa área a fidalgos de sua Corte, entre os anos de 1613 e 1627. Expulsando os franceses do Maranhão, resolveram os portugueses subir o rio Amazonas, feito esse realizado por Pe-

dro Teixeira em 1637; deixaram aí várias missões religiosas e, como posto avançado, o forte de N. S. de Belém, origem da capital paraense.

A importância do Prata ficara logo patenteada, por constituir, no período colonial, a estrada natural de entrada e saída das riquezas espanholas; daí haver exercido também atração sobre os portugueses. Já a Bacia Amazônica, fracamente povoada, envolvida pela vasta floresta tropical, pouca atração exerceria nessa época. Permaneceria, mesmo após a independência, longe da cobiça das repúblicas andinas que se utilizavam do Pacífico como via mais favorável ao seu intercâmbio comercial.

Se no sul havia falhado a tentativa de restabelecimento do Vice-Reinado do Prata fazendo surgir na região, após a independência, três repúblicas separadas — Uruguai, Paraguai e Argentina — fenômeno idêntico se registraria ao norte, em nossa fronteira Amazônica: a Gran-Colômbia, idealizada por Bolívar, iria se transformar em várias repúblicas — Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

No entanto, se a Bacia Amazônica passava em parte despercebida pelas nações nela diretamente interessadas, o mesmo não acontecia com os Estados Unidos; procurava este país chamar a atenção para o monopólio aplicado pelo Brasil na navegação pelo rio Amazonas. Aproveitando que em 1850 o Brasil se encontrava envolvido nas questões do Prata, os Estados Unidos resolveram agir para que nosso governo tornasse livre a navegação no Amazonas.

A diplomacia brasileira se apoiou então no princípio de Grotius, que se fundamentava no uso exclusivo da bacia pelos países nela integrados. Recusava-se, portanto, a entrar em acordo com nações que não fossem ribeirinhas. Temia o Brasil, com justa razão, que sua vasta e despovoada Amazônia caísse na esfera de influência da Inglaterra e França possuidoras das Guianas, ou mesmo dos Estados Unidos.

O Brasil, cujas pretensões eram defendidas pelo Barão Duarte da Ponte Ribeiro, procurava solucionar o problema por convenções bilaterais com ribeirinhos, subordinando anteriormente a delimitação de nossas fronteiras com esses mesmos países. Conseguíamos assim o Tratado de 1851 com o Peru, estabelecendo claramente pelo artigo 2.º que a navegação pelo Amazonas “pertencia exclusivamente aos respectivos Estados possuidores das margens”. Concedia em seguida, nosso governo, ao brasileiro Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) o privilégio exclusivo da navegação pelo Amazonas durante 30 anos (1852). Caberia ao Peru um

subsídio de 20.000 dólares por ano pagos por companhia brasileira que navegaria no Amazonas e seus afluentes. O uso do Amazonas ficava assim restrito ao Brasil e Peru.

Estourando a guerra com o Paraguai, fomos obrigados a reformular nossa política com relação ao Amazonas. Se lutávamos contra Solano Lopez, defendendo a tese do uso pacífico do Prata para todas as nações ribeirinhas e nele interessadas, não podíamos manter política exclusivista no Amazonas. Assim, Euzébio de Queiroz, o Marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida) e o Visconde de Maranguape (Caetano Maria Lopes Gomes) passaram a defender a tese de que o Amazonas deveria ser aberto, o quanto antes por decreto nosso, à livre navegação. Esta é a origem do Decreto de 7 de dezembro de 1866 abrindo à *livre navegação* tanto a Baía Amazônica como a do rio S. Francisco, até a cachoeira de Paulo Afonso.

Em 1877, começa a se estabelecer nas margens do rio Acre grande número de nordestinos, especialmente cearenses, fugidos da grande seca, em busca de novos horizontes de trabalho. A extração da borracha, tão apreciada no mercado internacional, livraria esses forasteiros da fome que a seca do Nordeste os faria passar. Como a região acreana era ainda despovoada, não se registrou nenhuma intervenção oficial, dando ensejo à população brasileira de crescer, sendo avaliada em fins do século XIX em cerca de 60.000 pessoas.

Era esta a situação quando a Bolívia resolveu protestar contra a ocupação deste seu território, estabelecendo no rio Acre a povoação de Puerto Alonso, passando a cobrar taxas e direitos de importação, descontentando assim os brasileiros, que até então se dedicavam livremente à extração da borracha. Contando com o apoio do governador do Amazonas e a desaprovação do governo central, os brasileiros apelaram para a resistência armada (1899), sem conseguir impedir que a Bolívia conquistasse o território.

Apesar de conquistado (1901), o governo boliviano não conseguiu integrar a população brasileira à sua jurisdição e, na impossibilidade de administrá-lo normalmente, resolveu arrendá-lo a um sindicato de capitalistas ingleses e estadunidenses. Tratava-se do "*Bolivian Syndicate*" que obteve numerosas franquias para a exploração do Acre, tais como: a administração, a arrecadação de impostos, a organização da polícia, a manutenção de tropas e barcos de guerra. Entregando o Acre a esse sindicato, a Bolívia abdicava praticamente de todos os seus direitos, permitindo

que se instalasse *em área da Baía Amazônica uma companhia colonizadora estrangeira*.

Contra o "Bolivian Syndicate" revoltam-se novamente os brasileiros, desta feita comandados por Plácido de Castro (1902). Preparava-se a Bolívia para nova intervenção militar, quando o governo brasileiro resolveu interferir, concentrando forças no Amazonas e norte de Mato Grosso.

Rescindido o contrato com o "Bolivian Syndicate", iniciam-se as gestões diplomáticas. Documentando-se no cabal desrespeito à Doutrina de Monroe, opôs-se o Brasil à entrega de uma área do continente a estrangeiros, pois além dos ingleses os alemães estavam também interessados, ponderando também que a abertura do Amazonas era incompatível com o arrendamento do Acre. Diante dos fatos, o governo estadunidense levaria os acionistas de seu país a aceitarem a indenização boliviana pela desistência do contrato.

No Brasil, o Barão do Rio Branco não aceitava *como solução para o caso do Acre* a proposta boliviana de arbitramento, preferindo encaminhá-lo para o lado do "uti possidetis", já que era notória a ocupação dos brasileiros na região. Ante a ocupação militar do território por tropas brasileiras, a Bolívia resolveu ceder e entrar em entendimentos com nosso governo; pelo *Tratado de Petrópolis* de 17 de novembro de 1903, aceitavam os bolivianos vender o Acre ao Brasil por 2 milhões de libras esterlinas. Formávamos assim o nosso Território do Acre, hoje Estado, abrangendo uma superfície de 152.000 km<sup>2</sup> da Baía Amazônica, ou seja cinco vezes maior do que a Bélgica.

Com o Peru, Venezuela, Colômbia e Guiana Holandesa, nossas questões de fronteira foram regulamentadas pelo "uti possidetis"; com a Guiana Francesa ganhamos a questão no território contestado, graças ao arbitramento do Dr. Walter Hauser, Presidente do Conselho Federal Suíço, que fixou nossa fronteira pelo rio Oiapoque. Com a Guiana Inglesa o rei Vitor Emanuel da Itália proferiu sua sentença arbitral em 1904 separando a Baía Amazônica das do Essequibo, Correntine e Rupununi; atribuiu da área contestada 13.570 km<sup>2</sup> ao Brasil, ficando a Inglaterra com 19.630 km<sup>2</sup>.

## 2 — Dados Gerais

Considerada *como a maior rede hidrográfica do mundo*, a Baía Amazônica é limitada ao norte pelo planalto das Guianas e a divisória com o Orinoco, a cuja bacia se liga através do

canal de Cassiquiari; ao sul, pelo planalto Brasileiro; a oeste pelos Andes; e a leste pelo oceano Atlântico.

De sua área global, 6.500.000 km<sup>2</sup> *cerca de 70% se encontra dentro das fronteiras brasileiras* abrangendo os 30% restantes os territórios do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Incluindo-se a Bacia do Tocantins-Araguaia, sua área é então estimada em 7.000.000 quilômetros quadrados.

O rio Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior do Brasil e o terceiro do mundo, depois do Nilo (6.500 km) e Mississipi (6.416 km). Percorrendo 6.180 km desde o Ucaiali até o Atlântico, surge no Peru numa altitude de 4.600 metros, distando apenas 120 km do Pacífico; ao entrar no Brasil, pela cidade de Tabatinga, já corre por uma planície de 82 metros de altura, e faltando 3.200 km para atingir o Atlântico é em todo esse percurso navegável.

Apresenta profundidades que variam dos 20 aos 130 metros, e largura que vai dos 96 km na embocadura com o rio Negro até 1,5 km no estreito de Óbidos.

O volume normal das águas é avaliado em 80.000 m<sup>3</sup>, dando-lhe a categoria de 1.º no mundo em caudal; no estreito de Óbidos foi registrada a mínima de 63.000 m<sup>3</sup>, sendo a máxima de 146.000 m<sup>3</sup>/segundo.

A velocidade das águas é de 3 a 4 km/hora, provocando esse fator, associado ao volume de água, intensa erosão em suas margens. Assim, no período das cheias, as águas arrancam blocos de terras arrastando-os a grandes distâncias; a essas verdadeiras ilhas flutuantes dá-se o nome de fenômeno de terras caídas.

O material erodido é depositado na foz. O delta do Amazonas começa praticamente no Xingu, que é seu último afluente pela margem direita, e termina na baía de Santa Rosa, com sua frente formada pelas ilhas de Caviana e Mexiana, numa largura de cerca de 325 km. A maior dentre as numerosas ilhas aí existentes é a de Marajó, com pouco menos de 50.000 km<sup>2</sup>, considerada como a mais extensa na categoria flúvio marítima.

O grande volume de água levado pelo Amazonas ao seu estuário deltaico, encontrando-se com a enchente das mares atlânticas, sofre resistência, provocando ondas de até quase 5 metros de altura, sendo o fenômeno conhecido como o da pororoca.

Percorrendo quase paralelo ao equador a zona mais chuvosa da Terra, é alimentado por águas pluviais e também nivais, estas provenientes dos Andes. Recebendo afluentes dos dois hemisférios da Terra, onde as estações

do ano se alternam, sofre o chamado fenômeno da interferência, que nada mais é do que a compensação anual que se estabelece entre as enchentes de seus afluentes de ambas as margens. Ao lado desse fenômeno, as lagoas fluviais que recebem o excedente de água do Amazonas impedem que sejam contínuas as suas cheias sucessivas.

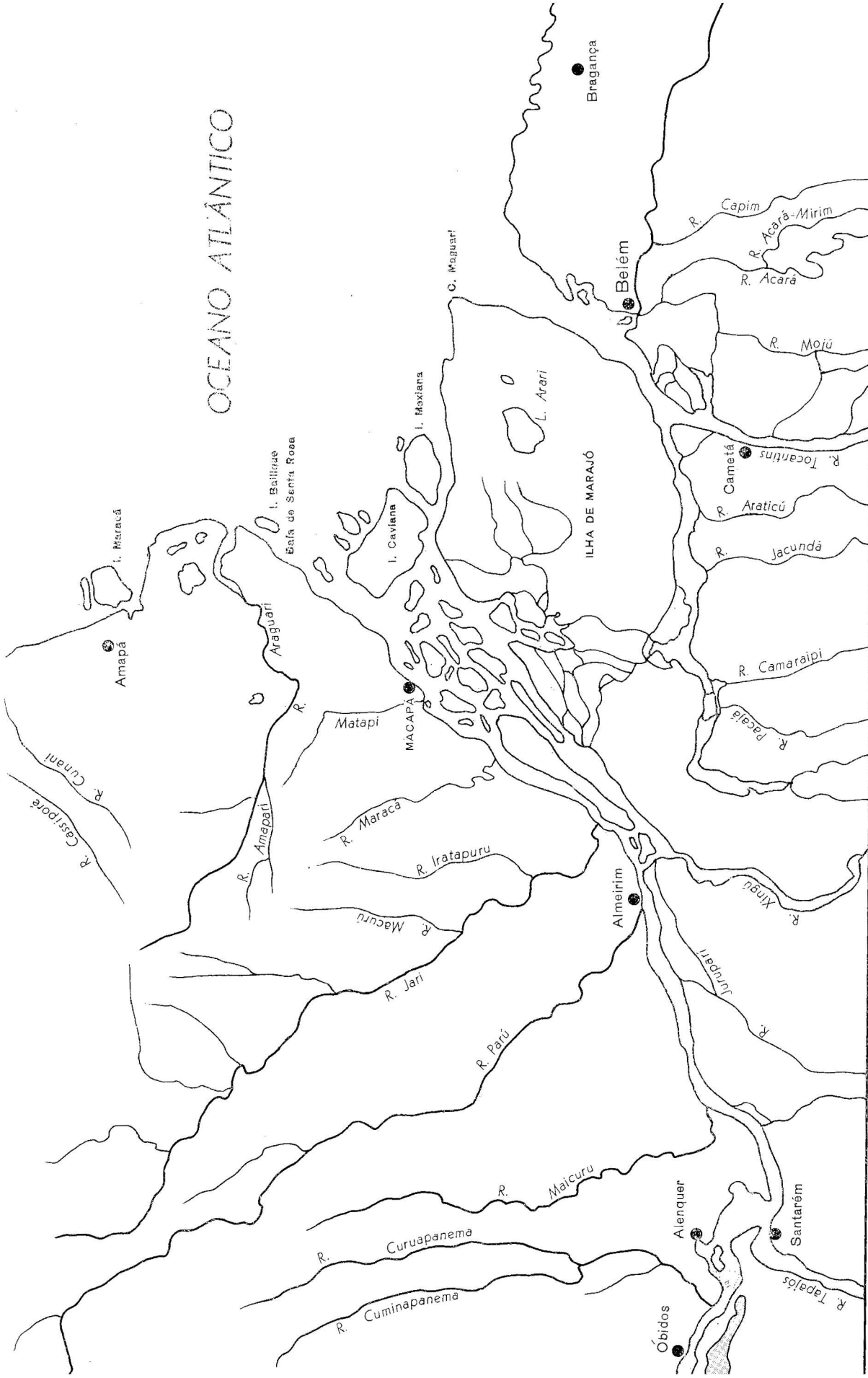
Recebe o Amazonas mais de 500 afluentes. Seus principais tributários pela margem direita ou sul são: o Javari (1.046 km) na linha fronteiriça com o Peru, o Juruá (1.093 km) e o Purus (3.200 km) que juntamente com o Madeira (3.200 km) servem de enlace entre a região central boliviana e o Brasil. Do planalto Central Brasileiro recebe ainda o Tapajós (1.600 km) e o Xingu (2.062 km); e finalmente o Tocantins-Araguaia, tendo respectivamente 2.859 km e 2.627 km de percurso, que segundo alguns geógrafos não se constituem em afluentes do Amazonas. Pela margem esquerda ou norte o Japurá (2.816 km), o Negro (1.100 km) com seu afluente o Branco, o Jamundá e o Jari se destacam como principais tributários.

Pouco povoada e com população mal distribuída, a Amazônia Brasileira apresenta algumas concentrações ao longo dos rios, dentro de imenso deserto humano. Sua população é mais rural do que urbana, apresentando no conjunto lento desenvolvimento nas últimas três décadas.

Ano	Unidade	População Urbana	População Rural
1950	Rondônia	13.816	23.119
	Acre	21.272	93.483
	Amazonas	137.736	376.363
	Roraima	5.132	12.984
	Pará	389.011	374.262
Amapá	13.900	23.577	
1960	Rondônia	30.842	39.041
	Acre	33.998	128.210
	Amazonas	239.659	481.556
	Roraima	12.717	16.263
	Pará	630.672	920.263
Amapá	35.390	33.499	
1970	Rondônia	60.541	56.079
	Acre	80.557	157.449
	Amazonas	408.278	551.656
	Roraima	17.929	23.709
	Pará	1.037.340	1.159.732
Amapá	63.785	52.695	

\* Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1971

Eram os grandes rios os caminhos das comunicações regionais. A prática secular da navegação fluvial não permitiu a penetração nesse imenso território coberto por densa floresta tropical, tornando as populações ribeiri-



OCEANO ATLÂNTICO

# EMBOCADURA DO AMAZONAS

MAPA ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO - 1973  
DivEd/D-pme1

nhas dependentes das atividades ex-  
trativas de pouco valor econômico. Na  
década atual, surgem as estradas para  
integrar não só a região ao restante do  
país e a nações vizinhas, como para  
promover a ocupação dos espaços in-  
termediários vazios entre os grandes  
rios.

Região Norte (População Relativa)	
1950	0,27 hab/km <sup>2</sup>
1960	0,50 hab/km <sup>2</sup>
1970	0,84 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE-1971

### 3 — Desenvolvimento e Colo- nização

O desenvolvimento econômico e colo-  
nização da Região Norte tem suas ori-  
gens no “Plano de Valorização da Ama-  
zônia”, criado em 1953 e extinto em  
1964; no final de 1966, com metas bem  
mais arrojadas, era criada a SUDAM  
(*Superintendência do Desenvolvi-  
mento da Amazônia*), vinculada ao Minis-  
tério do Interior. Integrar e colonizar  
a Amazônia será ocupar seus vastos  
espaços vazios, propiciando-lhe desen-  
volvimento econômico e fortalecendo  
sua segurança; é este o objetivo global  
da SUDAM.

Enquanto a conquista da Amazônia  
vem sendo feita palmo a palmo atra-  
vés das rodovias, estudam os técnicos o  
meio mais efetivo para seu desenvolvi-  
mento e colonização. Pretendem uns  
que a Amazônia deva ser *dividida em  
áreas limitadas por rios e rodovias*;  
sugerem outros, a *redivisão administra-  
tiva*, tendo em vista existirem na Re-  
gião Norte municípios com 154.000 km<sup>2</sup>,  
maiores portanto que o Estado do Cea-  
rá (148.016 km<sup>2</sup>). É o caso, por exemplo,  
de Altamira, no Pará, onde já chegou  
a Transamazônica, contando com ape-  
nas 12.000 habitantes.

Nestas condições, o Decreto-Lei  
n.º 1.164, assinado em 1971, houve por  
bem declarar indispensáveis à segu-  
rança e ao desenvolvimento nacionais  
as terras devolutas localizadas na faixa  
de 100 km de largura, em cada eixo das  
rodovias, na “*Amazônia Legal*”. Essa  
“*Amazônia Legal*” transformou-se em  
área de atuação da SUDAM, para que  
nela se iniciasse o desenvolvimento re-  
gional.

Em 1971, o Decreto n.º 68.443 decla-  
rava como de interesse social, para fins  
de desapropriação, os imóveis rurais de  
propriedade particular, situados numa  
área de 64.000 km<sup>2</sup> no chamado “*Po-  
lígono Altamira-Itaituba*”, iniciando-se  
nessa zona a colonização da Amazônia.

Criado o *Programa de Integração da  
Amazônia* (PIN), dotado de recursos  
próprios que permitem a sua execução  
sem interferências ou prejuízos para  
o processo do avanço do desenvolvi-  
mento das demais regiões do país, fo-  
ram traçadas as *diretrizes básicas da  
estratégia da ocupação*.

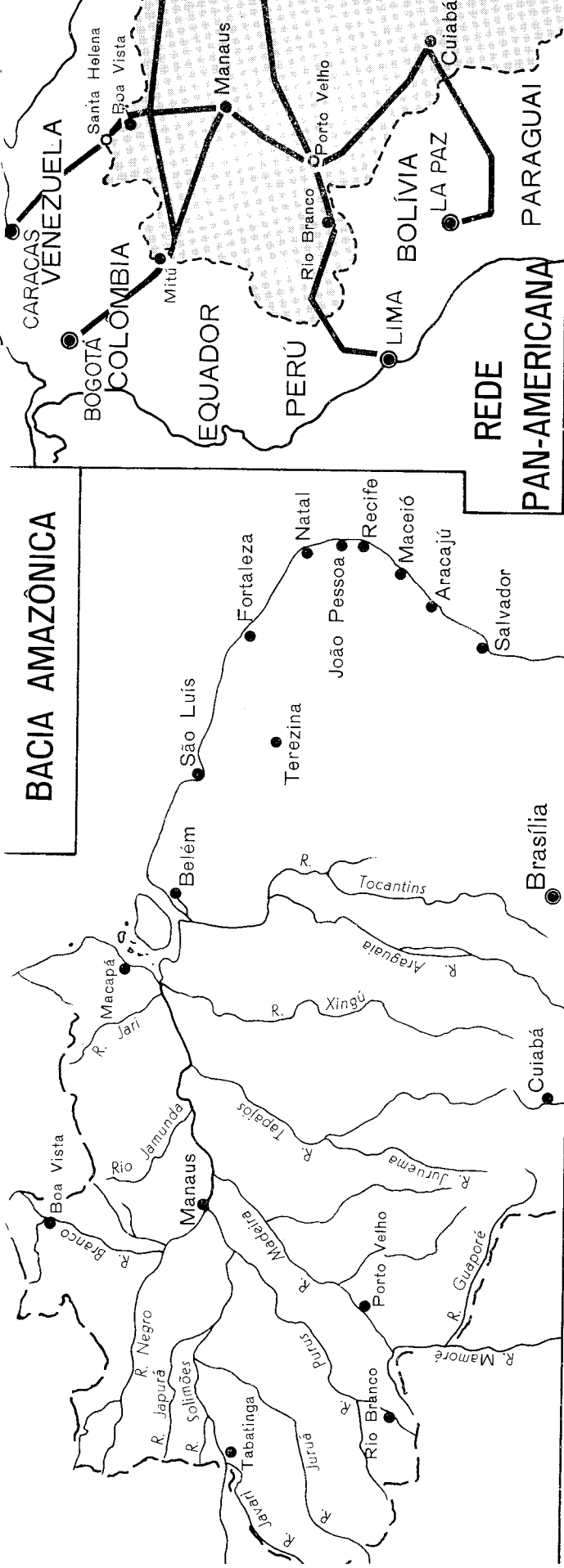
Predominando por princípio a *co-  
lonização dirigida*, segundo as tendên-  
cias espontâneas do nosso povoamento,  
como força propulsora de ação, verifi-  
cou-se então os *fluxos migratórios*  
para a região, dos quais os de maior  
intensidade vêm-se realizando do Nor-  
deste, via Transamazônica, e do Cen-  
tro-Oeste pela Cuiabá-Porto Velho e  
Belém-Brasília. A ocupação oficial vem-  
se realizando a nível de *propriedade  
familiar* com seleção e treinamento  
através da organização de *unidades  
agrícolas*.

Através do *planejamento urbanístico-  
rural*, a cargo do Professor Geraldo da  
Cunha Camargo, da Faculdade de Ar-  
quitetura da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, o problema da coloni-  
zação da Amazônia será atributo do  
*Instituto Nacional da Colonização e Re-  
forma Agrária* (INCRA).

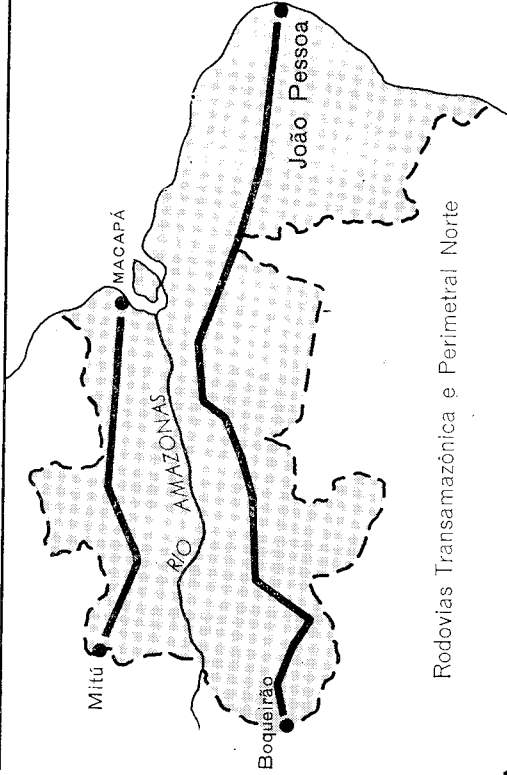
O trabalho do referido Professor, in-  
titulado “Planejamento Urbano Ru-  
ral”, considerado como o mais impor-  
tante no III Congresso Interameri-  
cano de Habitação, realizado no Rio em  
1971, começa por defender a tese de  
que “a ausência de urbanização rural  
na hinterlândia foi a causa principal  
do êxodo do homem do campo, capaz  
e útil, para as grandes cidades, provo-  
cando a criação de favelas, o que vem  
trazer no decorrer dos anos e séculos  
uma seleção genética negativa no meio  
rural, criando-se a triste figura do Je-  
ca Tatu (e similares) morando isola-  
do”. Assim, para que o êxodo rural não  
se realize e se intensifique, deve-se le-  
var a cidade até o homem do campo,  
para que ele possa ter condições dignas  
de um ser civilizado.

Dentro do pensamento acima, as  
*agrovilas* da Transamazônica vão sur-  
gindo como pequenos centros urbanos  
de agricultores, fixando o homem na  
terra, pois lhe concede assistência mé-  
dica, social e técnica. Entregando a ca-  
da família um lote de 100 hectares, de-  
ve este situar-se num raio de ação de  
até 5 km da vila de moradia. Avalia-  
dos os lotes em um mil cruzeiros cada,  
os beneficiários pagarão tudo, inclu-

# BACIA AMAZÔNICA

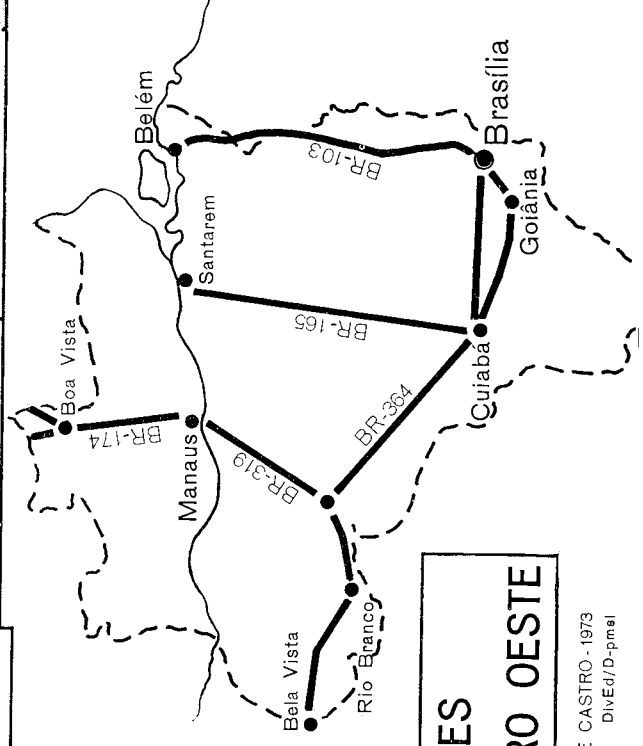


# REGIÕES NORTE-NORDESTE

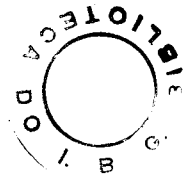


Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte

# REDE PAN-AMERICANA



# REGIÕES NORTE-CENTRO OESTE



indo-se as benfeitorias, em vinte anos, a partir do segundo ano de utilização.

Um centro maior, a *agrópolis* englobará 20 agrovilas, constituindo-se no conjunto administrativo dos órgãos públicos, cooperativas, postos de assistência social e até escolas secundárias.

Completa o plano a *rurópolis*, centro de integração regional para comandar o desenvolvimento de atividades industriais.

Verdadeiros centros de agrupamentos, esses conjuntos aparecerão de 140 em 140 km, estando no plano inicial o apoio em formações urbanas já existentes entre as quais Altamira, Marabá, Itaituba e Santarém.

Como, porém, integrar a mais vasta floresta equatorial do mundo, com cerca de 4 mil espécies catalogadas, constituindo-se apenas numa parte de outras que continuam desconhecidas? *Maior reserva florestal do globo*, ocupando uma área de cerca de . . . . . 3.000.000 km<sup>2</sup>, correspondente a 75% da área florestal brasileira, sua exploração rudimentar do tipo recolector adquire nova feição com a localização e delimitação de reservas florestais. Abrange esta região a chamada *floresta úmida de terra firme*, embora ocorram também vegetações de campos e capoeiras. O *potencial madeireiro* é estimado em 70 bilhões de m<sup>3</sup>, dando ensejo à *implantação de complexos industriais*, através do aproveitamento racional das espécies.

A área florestal do Brasil, com mais de 480 milhões de hectares, representa 12,5% do total mundial. Do conjunto brasileiro apenas 2 milhões de hectares são protegidos pelo poder público através dos parques reservas e florestas nacionais. Criado o *Grupo de Operações na Amazônia*, o Ministério da Agricultura, através do *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal*, traçou os seus projetos para a preservação dos recursos naturais e utilização econômica da Região Norte.

Assim, com recursos da ONU foi criado o *Centro Regional de Pesquisas da Amazônia*, sediado em Belém, como órgão normativo e orientador de explorações científicas florestais, cuja missão será também o treinamento de pessoal técnico. Com recursos do *Plano de Integração Nacional* (PIN) será criada a *Floresta Nacional do Tapajós*, utilizando áreas de Fordlândia e Belterra num conjunto de 600 mil hectares, para realização de pesquisas e manejo florestais, com vista também à produção madeireira e manutenção da vida selvagem. Dentro ainda do sistema integrado para a proteção florestal, estão incluídas 8 *Reservas Integrais* de 50 mil hectares cada uma, onde somente téc-

nicos e cientistas terão acesso; ainda 6 *Parques Nacionais* para a preservação da fauna e flora bem como 9 *Florestas Nacionais* de grandes extensões, destinadas à produção de madeira para servir ao mercado brasileiro, onde será estudado e posto em prática o sistema de manejo (corte e utilização).

No século XIX, descoberta a borracha natural da *seringueira*, denominada "hevea brasiliensis", adquiriu a Amazônia grande importância econômica, exportando 80% do látex consumido mundialmente; o ciclo da borracha projetou as cidades de Belém e Manaus. A partir de 1910 passávamos a sofrer a concorrência dos seringueiros asiáticos, de exploração econômica, com os quais não pôde concorrer o extrativismo amazônico. Graças a interferência da SUDAM, a Amazônia já começa a produzir cerca de 1% do total mundial: deste 0,97% proveniente da "Amazônia Legal", sendo que os Estados do Acre e do Amazonas produzem respectivamente 28,0% e 29,2%. Em julho de 1972 era criado o programa de incentivo à produção da borracha vegetal, para que melhor pudessemos competir no mercado exterior. Por outro lado, ao longo da Transamazônica, foi realizado um trabalho científico de culturas organizadas, para a obtenção de um espécie de seringueira resistente ao fungo dotídela, o responsável pela falência dos seringueiros da Fundação Ford em Fordlândia e Belterra.

Cuida-se no momento de outros produtos de extração vegetal amazônicos, com especial atenção para as *ceras de carnaúba e Ilicuri*, para as *gomas não elásticas da balata, maçaranduba, sorva e coquirama*, e *fibras do caroá, guaxima, malva, piaçava e tucum*, através da racionalização de seu plantio.

A *cana-de-açúcar* é outro ponto cuidado, pois irá constituir-se no *maior projeto agroindustrial da Amazônia* uma usina de açúcar que será instalada entre Altamira e Itaituba, com a finalidade de abastecer o mercado Belém-Manaus-Santarém.

A *pimenta-do-reino*, introduzida no Pará em 1933 por colonos japoneses, já cultivada por métodos racionais nos municípios de Tomé-Açu e Castanhal, tem sua área estendida pelas terras altas do Baixo-Amazonas, bem como pelas margens dos eixos rodoviários nas imediações da estrada que liga Manaus a Itacoatiara. O Pará já contribui assim com 94% da produção nacional, dando ao Brasil o 5.º lugar entre os produtores mundiais de pimenta-do-reino.

Cuidados especiais vêm merecendo a *juta e castanha-do-pará*, esteios da economia amazônica. A juta, apresen-



tando um crescimento médio de 4% ao ano, faz do Pará (59%) e Amazonas (39%) os principais produtores brasileiros; visa neste setor, o governo brasileiro, a introdução de tecnologia mais avançada, sabendo-se que o desenvolvimento da fibra sintética não ameaça a produção da juta. Quanto à castanha-do-pará, de grande aceitação nos mercados dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental, embora distribuída em estado nativo por toda a Amazônia, tem no Estado do Pará o nosso principal produtor.

Dentro das metas desenvolvimentistas, foram abertas até o final de 1972 cerca de 280 fazendas, protegidas pela política de incentivos fiscais, para *incremento da pecuária na Amazônia*. Os campos de Marajó se especializam na criação de gado vacum e búfalo; na área pastoril de Paragominas estão as fazendas empenhadas na recria e engorda dos bovinos de Marajó, Goiás e Maranhão quase todos dedicados ao consumo de Belém. Desde o município amazonense de Manacapuru até o paraense de Monte Alegre, situa-se outra grande área pecuarista de interesse regional.

No âmbito do PIN, a Transamazônica deverá se constituir numa rodovia aberta ao Nordeste visando à colonização do grande vazio demográfico brasileiro constituído pela Região Norte; procura, assim, pôr em prática o lema de dar soluções para o Homem sem terra do Nordeste, com a terra sem Homens do Norte.

No momento, engloba o PIN a chamada "Amazônia Legal" somando uma área de 2.200.000 km<sup>2</sup>; no entanto muito há ainda que se povoar e colonizar além disso, pois a área global da Amazônia, como grande região natural, é de cerca de 4.900.000 km<sup>2</sup>, representando 59% do espaço brasileiro, onde se incluem terras dos Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, além de terras dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Esse conjunto, representando pouco mais da metade de nosso território, participa no contingente populacional com apenas 8% do total, refletindo o seu subpovoamento.

Na Grande Região Norte, os solos de *terra firme*, via de regra de formação terciária, são identificados com as terras altas, assim chamadas por estarem livres das enchentes fluviais. Por sua vez, os solos de *várzea*, de formação quaternária, inundáveis, apresentam em determinadas áreas alta fertilidade natural; é o caso da *terra roxa*, já localizada no Estado do Pará e Território de Rondônia, comparável às melhores do sul do país.

Quanto à região servida pela Transamazônica, afirma o Engenheiro Agrônomo Italo Falesi que: "ela atravesse a floresta Amazônica onde estão localizadas extensas áreas de solo de natureza fértil (trecho Altamira-Itaituba), possibilitando o desenvolvimento de uma agricultura florescente e a exploração de minérios de valor econômico, encontrados principalmente nas margens sul do rio Amazonas, compreendendo as bacias dos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós". (Rodovia-n.º 303)

No entanto, a *extração mineral* pouco tem contribuído para o desenvolvimento da Amazônia, podendo porém transformar-se num de seus campos mais dinâmicos. As ocorrências minerais localizadas nas áreas de numerosos rios da Bacia Amazônica, segundo pesquisas divulgadas pelo Ministério de Minas e Energia, dão destaque ao ouro, diamante, cassiterita, manganês, ferro, prata, cobre, zinco, chumbo, pirita, etc.

Os solos da Amazônia foram estudados pelo *Projeto RADAM* (Radar da Amazônia) realizado em conjunto pelos Ministérios de Minas e Energia, Exército, Marinha, Saúde, Interior e Agricultura sob os auspícios também do Governo do Estado do Pará e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Com o apoio do radar, o levantamento aéreo permitiu a fixação do panorama mineral da Amazônia. Foram assim fixados pela *Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais* (CPRM) os bens minerais em volume e teores economicamente explotáveis. Incluem-se neste caso: a cassiterita em Rondônia, o ferro na serra dos Carajás (Pará), a bauxita (alumínio) nas regiões de Oriximiná e Paragominas (Pará), o manganês do Amapá e o sal-gema do rio Tapajós.

No médio Tapajós, no Gurupi, no alto Jari, no norte do Território de Roraima e afluentes da margem esquerda do rio Negro é feita a exploração do ouro; no entanto é, no município de Itaituba (médio Tapajós), que foram localizados os depósitos de aluviões auríferas mais importantes da Região Norte.

A garimpagem do *diamante* está circunscrita ao norte do Território de Rondônia e município de Marabá; neste último, ao longo do rio Tocantins se localiza um dos maiores distritos diamantíferos do Brasil, cuja produção atinge de 20 a 30 mil quilates anuais, podendo, com a modernização dos métodos de garimpagem, ser bastante ampliada.

As principais jazidas de ferro estão localizadas no Amapá, Amazonas e no

Pará (serra dos Carajás); neste último local, suas reservas, segundo estimativas, podem ser até superiores às do "Quadrilátero Ferrífero" de Minas Gerais, estando por isso em fase de exploração científica por empresas lideradas pela *Companhia do Vale do Rio Doce*.

Minério de grande valor econômico por sua alta produtividade, o *estanho* apresenta ocorrências no Território de Rondônia, no médio Tapajós e no vale do Amapari (Amapá).

Apresentando-se como 4.º produtor de *manganês*, encontram-se na serra do Navio, no vale do Amapari, os nossos depósitos considerados os maiores do hemisfério ocidental, atingindo 25 milhões de toneladas.

Completando o quadro, o *Projeto Cobre-Pará* já se encontra localizado às margens do Xingu, enquanto o *Projeto S. Felix do Xingu*, no município de mesmo nome, vem verificando a possibilidade da exploração do cobre e chumbo nesta área. Principalmente, o *Projeto Rio Jamaxim*, nas imediações de Itaituba, encontra-se em fase de exploração científica em locais onde foram constatadas ocorrências de prata, cobre, zinco e chumbo, incluindo-se o calcário da formação Itaituba que se constitui na mais importante reserva da região.

Como nova subsidiária da PETROBRÁS, a *Companhia de Petróleo da Amazônia* está operando com 9 mil barris diários de petróleo venezuelano. O produto é descarregado em porto próprio da refinaria, na margem esquerda do rio Negro, distando 14 km da cidade de Manaus. Refinando o petróleo, a COPAM instalada em 1956 apresentava grande produção para a região, daí estender sua área de abastecimento até o porto de Cabedelo, na Paraíba. Atualmente, só a Amazônia Ocidental consome quase toda a sua produção. Integrada à PETROBRÁS, a COPAM já exporta gasolina amazônica para o Peru e, estendendo sua produção para atender à constante demanda do mercado local, já possui bases de suprimento nas capitais dos Estados e Territórios das unidades da Região Norte, além de Santarém, Itaituba, Itacoatiara, Humaitá, Eirunepé, Boca do Acre e Caracarái.

Através do PIN, visa a Transamazônica *interligar extremos navegáveis dos afluentes meridionais da Bacia Amazônica*; servirá como pontos de apoio para essa via de penetração os portos fluviais de: *Imperatriz* (rio Tocantins), *Altamira* (rio Xingu), *Itaituba* (rio Tapajós), *Santarém* (confluência dos rios Amazonas e Tapajós) e *Porto Velho* (rio Madeira). Servida por

sistema rodo-hidroviário, Altamira se constitui num exemplo de transformação que se opera na "Amazônia Legal". Teve essa cidade duas épocas de marcado desenvolvimento: a primeira entre 1910-18, quando nordestinos atraídos pela febre da borracha afluíram para o local, chegando a vender . . . . . 2.540.000 quilos por ano do produto por 18 mil reis a unidade; a segunda, quando o ouro do Xingu conseguiu enriquecer os que procuravam a região. Abandonada, a cidade entrou em fase de estagnação até 1972, quando recebeu o asfalto da Transamazônica; e eis que novamente ressurgiu, com sua população crescendo de 6.000 pessoas em todo o município para 16.000 só na cidade.

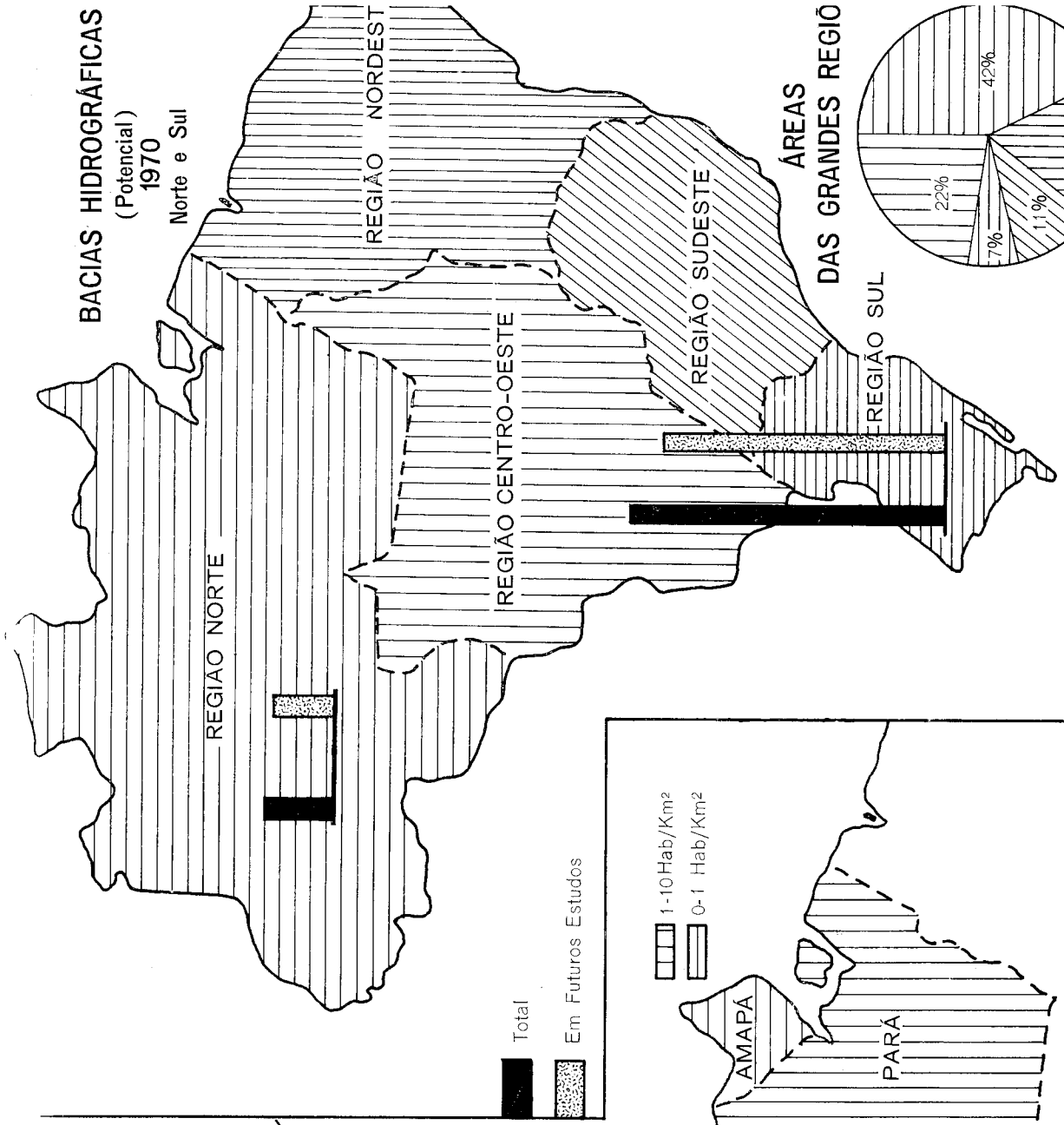
O problema da *navegação fluvial* também vem sendo atacado, com a substituição do SNAPP (Serviço de Navegação da Amazônia e Portos do Pará), pela *Empresa de Navegação da Amazônia* (ENASA). Possui a ENASA uma frota de 17 navios e vários conjuntos de chatas de carga, impulsionadas por rebocadores-empurradores, sistema introduzido nos rios brasileiros e adaptado às condições de curso. Destaca-se ainda na ENASA uma frota de 4 navios mistos para 500 toneladas de carga e transporte de 398 passageiros em 1.ª e 2.ª classes.

O governo Costa e Silva encarregou o *Departamento de Portos e Vias Navegáveis* de realizar estudos sobre a rede fluvial brasileira. Na Bacia Amazônica, onde a rede de afluentes e subafluentes é muito ampla, muito mais do que nas demais áreas brasileiras, os problemas são vários e tornarão seu aproveitamento mais oneroso. Dentro do plano, entre outras coisas, terão que ser corrigidas: a sinuosidade excessiva dos rios Juruá, Purus e outros; as corredeiras do Tapajós, Xingu, Branco e outros. A esses problemas se juntam ainda a correção que deverá ser feita quanto à deficiência, profundidade e obstáculos nos leitos de alguns rios.

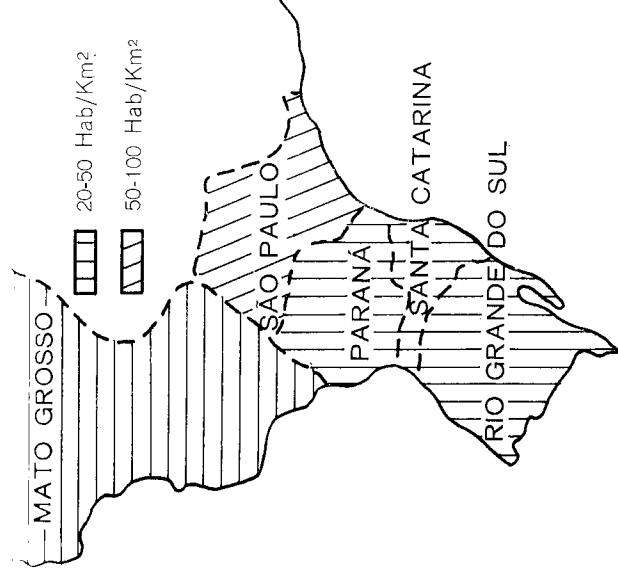
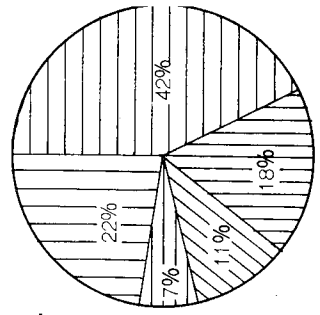
Cogita-se finalmente, embora ainda em tese já que o empreendimento será por demais vasto, sobre a *ligação das Bacias do Prata e Amazonas*. Se realizada, será das mais extensas vias navegáveis interiores do mundo. Os estudos preliminares recomendam a ligação pela rota do Madeira, que além de abranger maior parte do território brasileiro, exigirá menor volume de mão-de-obra, permitindo ao mesmo tempo o aproveitamento de grande potencial energético para o país. Como o projeto vai interessar a vários países da América do Sul, por transformar-se numa via de 6.000 km de comprimento, ligando Belém num extremo a Buenos Aires no outro, o problema terá

**BACIAS HIDROGRÁFICAS**

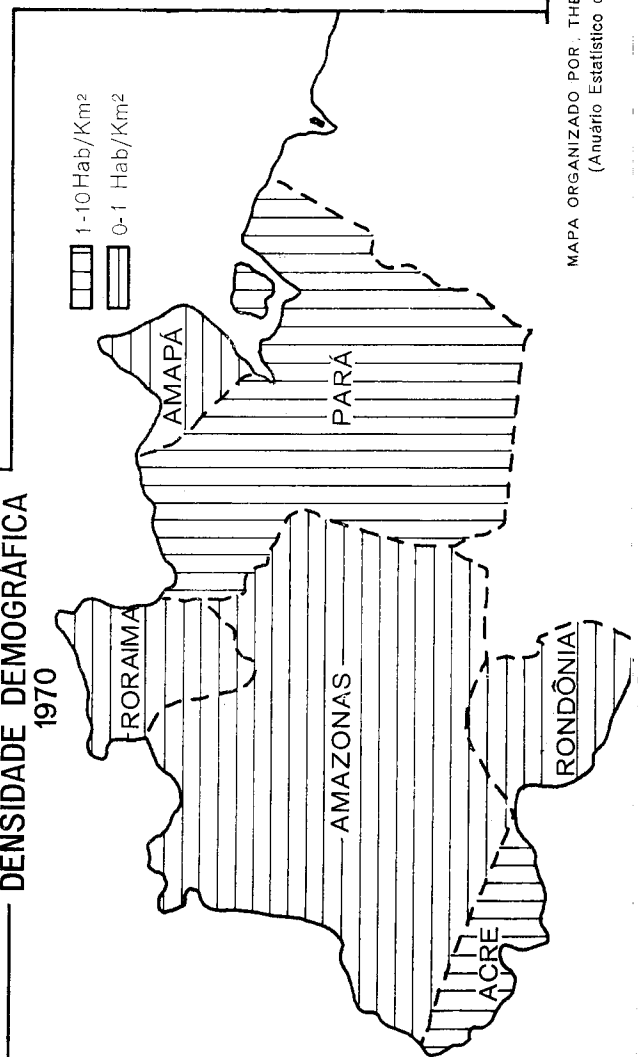
(Potencial)  
1970  
Norte e Sul



**ÁREAS DAS GRANDES REGIÃO**



**DENSIDADE DEMOGRÁFICA**  
1970



que ser encaminhado a INTAL (Instituto para a Integração da América Latina), com sede na capital argentina.

Permitirá, por outro lado, a Transamazônica a ligação dessa área a que irá servir com os outros portos nordestinos, como ainda uma futura conexão com o Pacífico, via Peru, numa extensão de aproximadamente 5.420 km já planejados, e em parte já concluídos, entre João Pessoa e Boqueirão da Esperança.

Dentro do programa integracionista, a *transversal* formada pela Transamazônica será cruzada por *longitudinais*: Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém, unindo a Grande Região Norte ao Centro-Oeste e esta ao Centro-Sul. Para que tenhamos uma idéia do vulto dessa obra rodoviária, a já pavimentada Belém-Brasília, longitudinal que corta a Transamazônica em Estreito, com 2.000 km de extensão, envolve uma distância superior à que seria necessária para unir as capitais da Europa.

Para desenvolver a Amazônia Ocidental, englobando os estados do Amazonas, Acre e Territórios de Roraima e Rondônia, numa área de 2.190.182 km<sup>2</sup>, ou seja, de cerca de 25,72% do território brasileiro, surgiu em 1967 a *Superintendência da Zona Franca de Manaus*. Essa Zona Franca, com área de 10.000 km<sup>2</sup>, situa-se às margens dos rios Negro e Amazonas, abrangendo não só a capital amazonense como também a quase totalidade do município. Instituiu, ao ser fundada, um sistema de franquias especiais para a importação de mercadorias e outros produtos destinados ao consumo interno, à industrialização local, serviço de estocagem para reexportação ou comercialização no território brasileiro. Estendida posteriormente a outras áreas da Amazônia Ocidental, a Zona Franca além de constituir-se num ponto de atração turística para Manaus, animou investimentos novos na região graças aos incentivos fiscais.

No *setor energético*, foi aproveitado o potencial hidráulico da cachoeira do Pavilhão de Curuá-Una (Pará), visando atender as necessidades da área de Santarém, com potência instalada nesse ano de 1973, de 20 mil quilowatts, devendo posteriormente ser duplicada a fim de atender às comunidades do Baixo-Amazonas. A Hidrelétrica Coaracy Nunes, no Amapá, com funcionamento previsto para 1976, terá um potencial inicial de 40 mil quilowatts, com posterior ampliação para 100 mil; dista 108 km de Macapá. Ainda estão merecendo especiais atenções as termoeletricas do Acre, Manaus e Belém, sendo que esta última vem sendo ampliada de 80 mil para 130 mil quilowatts.

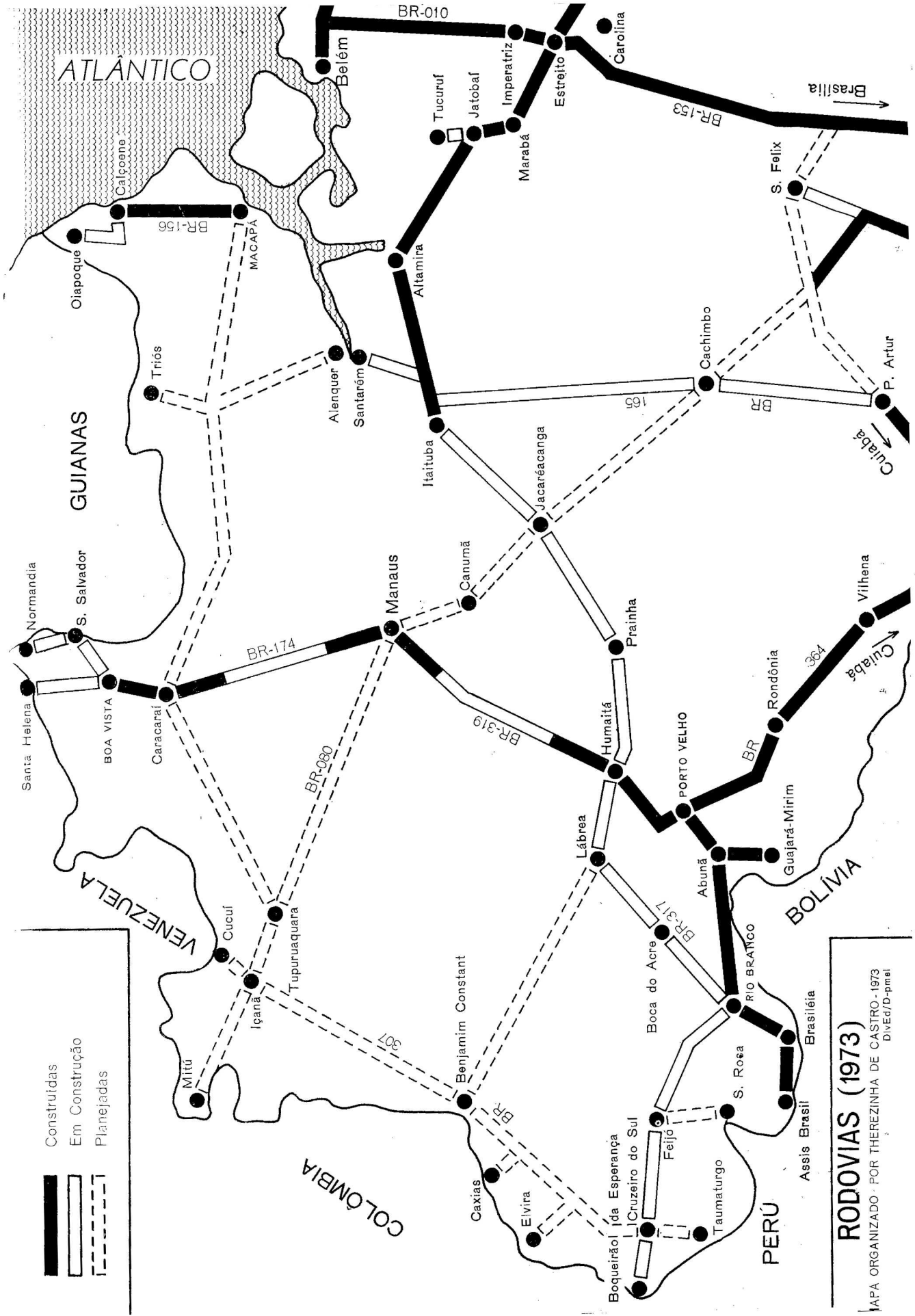
Em convênio com a EMBRATEL, a SUDAM cuida do *sistema de telecomunicações da Amazônia* que terá uma extensão superior a 9.000 km. Além dos troncos Belém-Manaus e Belém-Brasília, já implantados, o sistema abrange ainda os troncos Campo Grande-Corumbá-Porto Velho-Rio Branco, Manaus-Boa Vista, Manaus-Porto Velho e Belém-S. Luís.

No *setor de saneamento*, implantou a SUDAM moderno sistema de abastecimento de água em Manaus para atendimento de uma população de até 1 milhão de habitantes; sabe-se que o número de pessoas que vivem na capital amazonense, a 16.<sup>a</sup> do país em população, é de apenas 286 mil habitantes.

No *setor educacional*, visando à capacitação de técnicos regionais, os centros comunitários estabelecidos no "Polígono Altamira-Itaituba" já iniciaram treinamentos com a finalidade de elevar as condições de vida locais. Além do Projeto Minerva e MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), vem o Ministério da Educação promovendo a construção de salas de aula e instalação de cursos de treinamento e capacitação profissional para novos professores. Em 1972, num programa de atendimento a 3.500 alunos, radicados em núcleos populacionais ao longo da Transamazônica, atuaram 364 professores. Em convênio com o Departamento de Ensino Médio, 1.200 adolescentes e adultos receberam ensino profissionalizante nas áreas do 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> ciclos, nos municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, nas agrovilas instaladas nesse percurso. Em convênio com a Prefeitura do município de Altamira, encontravam-se, no ano de 1972, em fase de acabamento, 5 novas escolas na área rural e 20 outras tiveram sua construção iniciada.

#### 4 — Integração Rodoviária

Atravessando uma área equivalente à superfície da Europa Central, as obras da *Transamazônica* tiveram início em 1970; propõe-se a ser a mais extensa das conexões rodoviárias do país, ligando horizontalmente João Pessoa, capital da Paraíba, a Boqueirão da Esperança e estradas do Acre que visam ao Peru. Em 1972, completava-se a primeira etapa dessa rodovia, no trecho Estreito-Itaituba, numa extensão de 1.254 km, servindo, na Amazônia, a Marabá, Jatobá e Altamira.



# RODOVIAS (1973)

MAPA ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO - 1973  
DivEd/D-pmei

A BR-319, cuja pavimentação deverá estar concluída em 1973, faz entroncamento com a Transamazônica em Humaitá. Com seus 877 km de extensão, ligando Porto Velho a Manaus, vencerá numerosa rede hidrográfica, floresta virgem e chavascals hostis, que vão surgindo em seu percurso. Através dessa importante via de penetração, Manaus sairá do isolamento secular para se transformar na última capital de Estado brasileiro ligada por terra à rede rodoviária do País.

Com diretriz já definida, a *Perimetral-Norte*, também em plena selva Amazônica, percorrendo 4.650 km, terá como objetivo estabelecer nova ligação com o Atlântico, bem como dar acesso às regiões fronteiriças com as Guianas, Venezuela, Colômbia e Peru. Partindo de Macapá, cortará os Estados do Pará, Amazonas e Território de Rondônia; servindo a região setentrional do rio Amazonas penetrará no Acre atingindo Taumaturgo. Com a Transamazônica, ao sul do rio Amazonas, formará a Perimetral-Norte um anel rodoviário envolvendo a Bacia Amazônica.

Visa a Perimetral-Norte um tronco de penetração na *Guiana Francesa*, através de conexão com a BR-106 que chega ao Oiapoque. Nesse trecho, passa a estrada por terreno bastante acidentado, coberto por densa floresta num percurso de aproximadamente 300 km. Entrará também em conexão com a *Guiana Holandesa* (Suriname), quando atingir Triós; buscará daí o rumo centro-oeste brasileiro entroncando-se com a Cuiabá-Santarém, passando por Alenquer.

Atingindo Caracarai, no Território de Rondônia, irá cruzar com a BR-174 que une Manaus a Boa Vista, buscando a fronteira com a *Guiana Inglesa* (República da Guiana) através de Normandia e S. Salvador. De Caracarai até

Içana nas margens do rio Negro, já no Estado do Amazonas, haverá uma estrada de 730 km, onde os problemas serão enfrentados em terrenos ora planos ora ondulados, em zona de vegetação densa, rala e de muitas clareiras. De Içana a Cucuí planeja-se uma ligação direta com a *Venezuela*, e daí até Mitu atingir-se-á a *Colômbia*. Rumo a sudoeste, chegará a Benjamim Constant num percurso de 640 km; cruzando o Solimões, servirá a Caxias e Elvira já na fronteira com o Peru.

A Amazônia Brasileira deverá *integrar-se ao Brasil e interligar-se ao continente*. Assim, a BR-317, partindo de Lábrea, servindo a Boca do Acre, Brasiléia e Assis Brasil, atingirá a cidade inca-peruana de Puerto Maldonado. Em fase de construção, o trecho entre Rio Branco e Boqueirão da Esperança, cortando 642 km de matas em território brasileiro, se constituirá na dorsal do Estado do Acre. Complementando a Transamazônica, promoverá, no futuro, a ligação Atlântico-Pacífico, pois cruzará a fronteira peruana para atingir *Lima*, a capital do Peru; por sua vez, a conexão de Caxias visa atingir *Iquitos*, também no Peru.

No encontro realizado em 1973 entre os Presidentes Médici e Rafael Caldera da Venezuela, decidiu-se estabelecer a *ligação rodoviária entre Brasília e Caracas*. O Estado de Bolívar tem como capital Ciudad Bolívar, a principal cidade venezuelana mais próxima da fronteira com o Brasil; o Território Federal do Amazonas tem como capital Puerto Ayacucho, nas margens do Orinoco. As duas unidades administrativas, incluídas na zona da chamada Guiana Venezuelana, fazem fronteira com o Brasil; ficando o Estado de Bolívar ao norte e o Território Federal do Amazonas e oeste de nosso Território de Rondônia.

Promissora para o *intercâmbio econômico da Bacia Amazônica*, a rodovia que ligará o Brasil à Venezuela, Valendo-se dos percursos Cuiabá-Porto Velho-Manaus-Caracarai-Boa Vista-Santa Helena, será na realidade *um caminho aberto para o mar das Antilhas, aproximando-nos dos países da América Central*.

(junho de 1973)

\* As estradas do Sistema Federal Brasileiro são identificadas pela sigla BR, ficando as de âmbito Estadual com a sigla da unidade a que pertencem. Por sua vez, cada BR tem sua numeração iniciada do zero ao quatro. O início zero indica que tem o seu ponto inicial ou terminal em Brasília, funcionando como *radial*; a numeração iniciada em 1-1 indica uma rodovia *longitudinal*; as iniciadas em -2- são *transversais*; as iniciadas em -3- identificam as *diagonais*; finalmente as iniciadas em -4- indicam tratar-se de estradas de *ligação*.

# A Bacia do Prata e o Brasil

THEREZINHA DE CASTRO  
Geógrafa do IBGE

## 1 — Dados Gerais.

A *Bacia do Prata* abrange a terça parte do continente sul-americano com seus 3.100.000 km<sup>2</sup>; é a *quinta bacia fluvial do mundo*, só sendo ultrapassada pela do Amazonas, do Congo, do Obi e do Mississipi. Dentro dessa sub-região geográfica encontra-se a 1/3 do território argentino, 1/5 do Uruguai, todo o território paraguaio e 1/17% do território brasileiro. Ao longo dos rios principais e seus tributários, *Cuiabá*, capital do Estado brasileiro de Mato Grosso, é a cidade mais setentrional; ficando *Montevideú*, capital do Uruguai, e *La Plata*, porto argentino, como pontos mais meridionais.

Correm nessa área 15.500 km de rios navegáveis; sendo a zona servida por 80.000 km de ferrovias, 50.000 km de rodovias asfaltadas e 60.000 por asfaltar.

O sistema platino que forma em sua foz um *vasto estuário* entre o Uruguai e o extremo oriental da planície argentina, se constitui de *três grandes eixos fluviais* — os rios *Paraguai*, *Uruguai* e *Paraná*, todos com suas nascentes no Brasil.

O *rio Paraguai* com seus 2.500 km de curso, nasce na zona pantanosa do sul de Mato Grosso. Em se tratando de rio de planície, tem seu curso lento e caudal regular, acessível a navios de média tonelagem, a partir de Assunção. Entre os meses de novembro e junho, as chuvas enchem os rios do Pantanal Mato-Grossense, produzindo inundações no Paraguai e seus afluentes; elevando-lhes o nível de 1 a 4 metros inundam os terrenos adjacentes numa extensão de 2 a 5 metros. Assim, a palavra *pantanal* não significa, aí, brejo, mas sim terreno duro e firme,

baixo e plano, sujeito a inundações periódicas. Tanto o *Taquari*, quanto o *Cuiabá* têm cada qual o seu pantanal próprio, servindo de escoadouro ou canal secundário, se considerarmos o rio Paraguai como canal mestre.

Em geral, o rio Paraguai se encontra na vazante na época em que os pantanais de seus afluentes estão cheios; em junho, quando a zona geral do Pantanal está seca, o rio Paraguai apresenta-se com sua máxima enchente.

Depois de percorrer 1.400 km em terras do Brasil, o rio Paraguai atravessa o país que lhe toma o nome, para então *unir-se ao rio Paraná* na altura da cidade argentina de Corrientes; fora do Brasil, seus principais tributários são o *Pilcomayo* e o *Bermejo*.\*

O *rio Uruguai*, com seus 1.500 km de curso, nasce na serra do Mar, drenando a planície Rio-Grandense, correndo de leste para oeste até alcançar a fronteira argentina; toma em seguida o rumo sul, como rio lindeiro entre o Brasil e a Argentina e entre este país e o Uruguai.

Seu caudal é de 4.000 m<sup>3</sup> em tempos normais e de 14.000 m<sup>3</sup> nas cheias, que de um modo geral são irregulares, produzindo-se mais comumente no outono. Seu afluente principal é o *rio Negro*, que nasce no Brasil para drenar, com grande parte de seu curso, o território uruguaio.

O *rio Paraná* (3.700 km), o mais extenso dos três formadores do eixo platino, nasce do planalto Brasileiro. Em seu alto curso apresenta várias cachoeiras e quedas de água, servindo como lindeiro entre o Brasil, Argentina e Paraguai. Sua caudal é de 30.000 m<sup>3</sup>, alcançando 46.000 m<sup>3</sup> nas cheias.

No Brasil recebe importantes tributários entre os quais o *Parapanema*, *Tietê*, *Grande* e *Paranaíba*; os três últimos parecem procurar as cabeceiras do rio principal. As nascentes desses tributários do Paraná ficam próximas do Atlântico, e do Tietê pode-se dizer que, banhando a cidade de S. Paulo, surge em lugar quase visível do mar. O *rio Iguaçu* nasce na serra do Mar a cerca de 60 km do Atlântico, sendo seu curso calculado em 1.300 km; pouco antes de atingir o rio Paraná, isto é, nas imediações da fronteira Brasil-Paraguai, forma as quedas do Iguaçu. Todos esses afluentes brasileiros são de planalto, encontrando a grande calha do rio Paraná antes da descida.

\* Vide: "Paraguai: Mesopotâmia da América do Sul" (*Atlas de Relações Internacionais* n.º 21); "Argentina: Terminal de Rotas no Atlântico-Sul" (*Atlas de Relações Internacionais* n.º 23).

O Paraná e Paraguai confluem em território argentino; mais adiante, ao se unirem o Paraná e Uruguai, tomam na foz o nome local de *rio da Prata*. Este é na realidade um largo e profundo estuário com 275 km de extensão.

## 2 — Ocupação Humana

Em 1500, com a chegada dos portugueses ao Brasil, o governo espanhol, temendo que seus vizinhos se estabelecessem na *região do Prata*, resolveu ocupar-se também desta parte da América do Sul.

O estuário do Prata havia sido descoberto em 1515 por *João Dias de Solis*, que aí esteve à procura de uma passagem que ligasse o Atlântico ao Pacífico. Foi depois visitado por *Fernão de Magalhães* (1519-21), que, descobrindo a passagem através do estreito que tem hoje o seu nome, traçou o roteiro ocidental das *especiarias* que, por ser muito extenso, se transformaria simplesmente na rota do ouro. A região foi ainda visitada por *Sebastião Caboto*, que teve notícia de que nas imediações havia uma serra toda de prata; viu entre os indígenas objetos desse metal, e embora a mina não tenha sido localizada a região passaria a ser chamada de *rio da Prata*.

Sabendo que o navegador português *Pero Lopes de Souza* estivera na região e aí colocara marco de posse para seu país, o governo espanhol enviou pouco depois uma expedição com 2.500 colonos sob o comando de *Pedro Mendoza*, para empreender a colonização local; foi então fundada *Santa Maria de Buenos Aires* (1536), logo atacada pelos índios. Este fato determinou a procura de um sítio mais seguro, o que motivou a *colonização do Paraguai*, cujo núcleo inicial foi *Assunção* (1537). Deste local interiorizado puderam os espanhóis conquistar todo o rio da Prata e, em 1580, *Juan Garay fundava novamente Buenos Aires*, com o nome de Ciudad de la Trinidad.

No ano de 1680 os portugueses estabeleciam na outra margem do Prata a *Colônia do Sacramento*, que motivaria uma série de lutas com os espanhóis, que só conseguiriam garantir as duas margens do Prata com a fundação de *Montevideu* por *D. Bruno Mauricio de Zabala* em 1729.

Para melhor colonizar e administrar suas terras americanas, os espanhóis dividiram-nas em quatro Capitanias Gerais e quatro Vice-Reinos; um deles, o *Vice-Reinado do Prata*, respeitava em parte a sub-região geográfica da bacia fluvial, englobando a Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Na América Espanhola, onde o ouro e prata foram logo descobertos, os interesses visavam quase que exclusivamente as riquezas do subsolo. Na região platina, porém, onde os minerais eram mais escassos, a economia local baseava-se na criação de gado e plantação de cereais; cabia à Coroa o monopólio da extração de madeiras e cultura do tabaco. Assim, por sua posição geográfica no estuário do Prata, Buenos Aires se tornaria, ao lado de Lima e da cidade do México, um dos centros urbanos mais movimentados no período colonial.

As minas de ouro da América Portuguesa só foram descobertas a partir de 1700. Nas buscas iniciais, não encontrando o ouro, os bandeirantes desbravaram o sul do Brasil, *englobando as nascentes dos rios Uruguai e Paraná*. Com os ataques dos *predadores de índios*, os jesuítas espanhóis atravessaram os rios Uruguai, Paraná e Paraguai, deixando o oeste de nossos quatro estados meridionais e sudoeste de Mato Grosso em poder dos portugueses. Deslocando a linha de Tordesilhas que não envolvia essas áreas, os portugueses, ocupando terras espanholas, ficaram com as nascentes dos três rios formadores da Bacia do Prata, que o princípio do "uti possidetis" (a terra para o primeiro colonizador) estabelecido pelo *Tratado de Madrid* de 1750, veio consagrar.

Non entanto, a América Espanhola começou a dividir-se antes de realizar sua independência política. No Vice-Reinado do Prata o movimento separatista teria início em Buenos Aires (1810), com a *Junta Governamental do Rio da Prata*, que tentou obter a adesão das demais províncias. O Paraguai, no entanto, preferiu tornar-se independente isoladamente sob forma de república unitária (15 de maio de 1811). No Uruguai as opiniões se dividiam: uns colocaram-se ao lado dos revolucionários argentinos, enquanto os contra-revolucionários solicitavam a proteção do governo português estabelecido no Rio de Janeiro. Para evitar a luta, firmou-se um armistício (outubro de 1811), por meio do qual se retiravam do território uruguaio tanto o exército revolucionário argentino, como o português, enviado pelo Regente D. João. Afastando-se do Uruguai, os líderes de Buenos Aires fizeram a Declaração de Independência da Argentina (9 de julho de 1816) em separado.

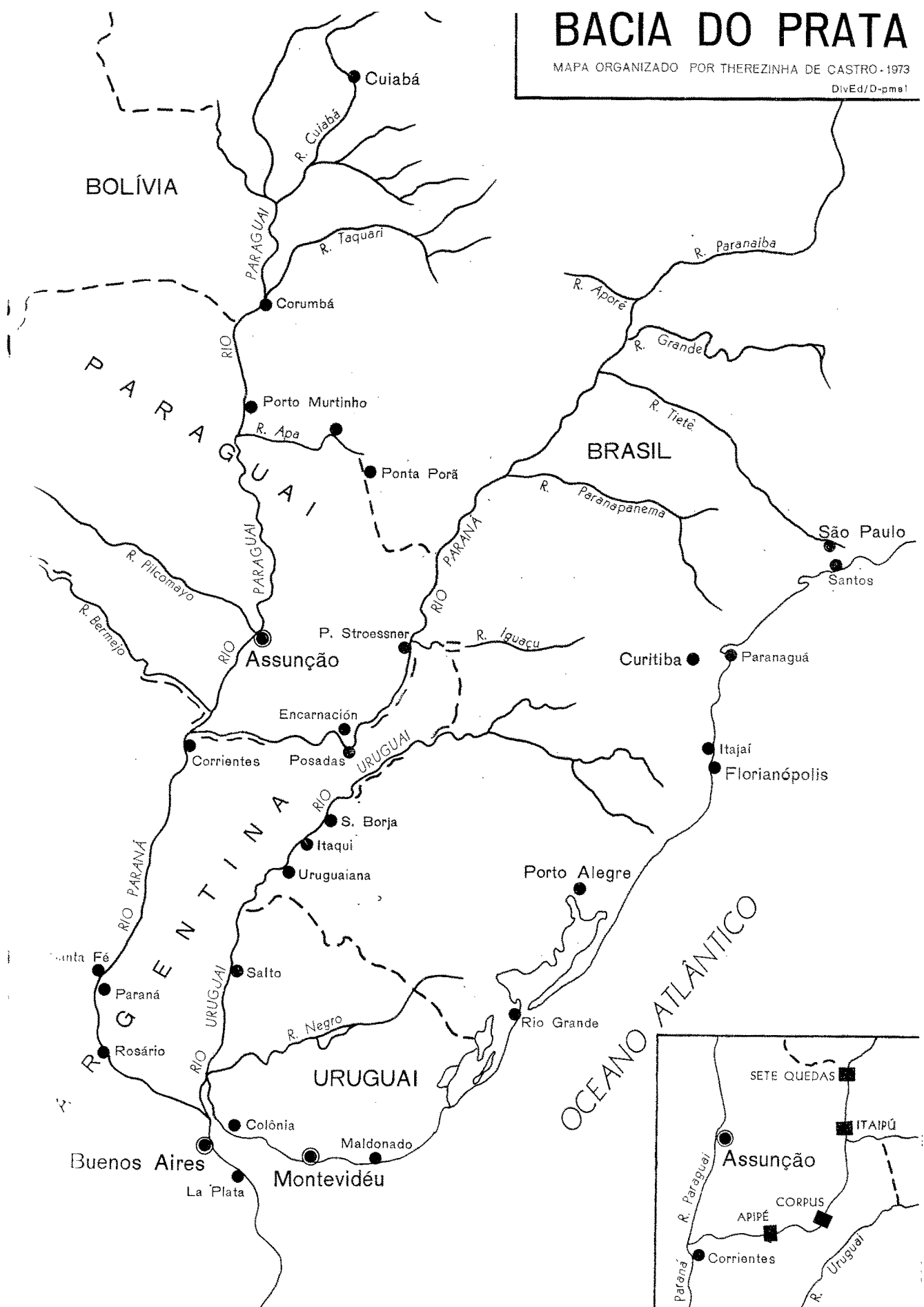
Chefiados por Artigas, procuraram os revolucionários uruguaiois fazer a independência do Uruguai, ameaçando a própria união argentina, pois seis de suas províncias se revoltaram, colocando-se a favor do "artiguismo federalista". Para que fosse exterminado o



# BACIA DO PRATA

MAPA ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO - 1973

DivEd/D-pme1



“artiguismo”, recorreu-se mais uma vez à Corte do Rio de Janeiro; assim, o Uruguai é invadido e conquistado pelas tropas luso-brasileiras comandadas por Carlos Frederico de Lecor (1816). Em 1821, D. João VI anexava o Uruguai ao Brasil sob o nome de Província da Cisplatina.

Transformado em Província da Cisplatina, o Uruguai libertava-se, juntamente com o Brasil, de Portugal em 1822; ao Brasil permaneceu unido até 1825, quando inicia sua revolta em prol da independência, com o auxílio da Argentina. O Tratado de Paz assinado em Montevidéu (outubro de 1828) reconhecia a independência do Uruguai, enquanto a Argentina e o Brasil renunciavam às suas pretensões neste território, garantindo ambos os países a existência política do pequeno “Estado Tampão”. Ficava assim o rio da Prata dividido em duas esferas de influência — uruguia e argentina.

Se o Brasil interveio na Região do Prata, no momento em que se realizavam movimentos pró independência, foi sempre por solicitação das partes em litígio. Estava independente, pois, o Vice-Reinado do Prata, embora dividido. Independente, dividia-se a Bacia do Prata politicamente em quatro países: Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil.

### 3 — Problemas Platinos.

As intervenções do Brasil no Prata tiveram suas razões de ser. Possuímos as nascentes dos três rios formadores da Bacia Platina, interessando-nos, portanto, manter a sua livre navegação. No passado, a ligação com a nossa Província de Mato Grosso necessitava da passagem por esses rios. Combate-mos Rosas, e Solano Lopez, quando, imbuídos do sonho de formar uma só unidade política na região Platina, ameaçavam a livre navegação desses rios. Interferimos no Uruguai contra Oribe, por pactuar este do sonho de Rosas; e contra Aguirre, quando governando o Uruguai a serviço dos blancos, motivou a rebelião dos colorados de Venâncio Flores. A instabilidade política no Uruguai envolveu o Rio Grande do Sul, bem como os interesses brasileiros, de súditos nossos, estabelecidos neste país. A invasão do Uruguai pelas tropas brasileiras, para defesa da garantia desses direitos, levou Aguirre a arrastar o Paraguai à luta contra o Império do Brasil.

Terminadas essas lutas (1870), estava garantida a livre navegação da Bacia do Prata; beneficiavam-se os portos de Buenos Aires e Montevidéu.

No presente, o aproveitamento hidroelétrico do Paraná se constitui no principal problema platino. Liga-se assim a história de três represas: Itaipu, Corpus e Apipé.

Tanto o Brasil como a Argentina, sempre se interessaram pelo aproveitamento do potencial hidroelétrico da Bacia do Prata; sendo do século passado a maioria dos projetos.

Como a região interessa a cinco países sul-americanos, se incluímos a Bolívia, surgiu em 1967, por iniciativa do Presidente argentino Arturo Illia, uma espécie de aliança integracionista da Bacia do Prata. Nesta aliança, porém, reina um desacordo básico.

Liderando esse desacordo, lançou a Argentina a teoria do aproveitamento multinacional; acha a Argentina que o Brasil, possuindo as nascentes dos formadores do Prata, deve consultar todas as nações possuidoras dos cursos médios e inferiores desses rios. Isto porque a execução de hidroelétricas pode vir a alterar tais cursos d'água, influndo nas condições de navegabilidade. Para resolver o impasse, reuniu-se em 1971 a 4.<sup>a</sup> Conferência de Chanceleres da Bacia do Prata, que redundaria na chamada Declaração de Assunção.

Reconhece o referido documento que existe acordo entre os países da Bacia em alguns pontos fundamentais. O primeiro deles é que nos rios internacionais contíguos, sendo de soberania compartilhada, qualquer aproveitamento de águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os ribeirinhos. Deste modo, nos rios internacionais de curso sucessivo que não são de soberania compartilhada, cada país pode aproveitar essas águas segundo suas necessidades, desde que não cause prejuízo sensível a outro Estado integrante da Bacia. Nestas condições, quando os Estados realizarem quaisquer obras nesses rios, deverão adotar medidas necessárias para não alterar de forma prejudicial as condições de navegabilidade.

Necessitando aproveitar os desníveis das águas do Paraná, procura o Brasil construir suas hidroelétricas na região. Para todo o complexo industrial brasileiro, as forças aproveitadas em nosso país, tendo em vista as fontes de energia de que dispomos para a produção econômica, constituem ainda uma porcentagem insignificante. E, dentre as bacias hidrográficas brasileiras, a do Paraná é a de maior potencial hidroelétrico, pois suas quedas d'água não estão localizadas em áreas limitadas, mas sim distribuídas em todo o percurso dos rios.

Enquanto a Argentina preferia começar pela Patagônia, sua área mais promissora, em 1967 construiu o governo brasileiro, no rio Paraná, a usina de *Urubupungá*, partindo logo para a de *Itaipu*, que em guarani significa "Pedra que Sonha".

O projeto de Itaipu nasceu, na realidade, a 22 de junho de 1966, quando Stroessner e Castelo Branco se reuniram em Foz de Iguaçu, firmando a *Ata das Cataratas*. O ajuste para a construção de Itaipu tomou forma a 26 de abril de 1973 quando Stroessner e Médici se encontraram em Brasília para a assinatura do *Tratado* \*.

Com seus 10 bilhões e 700 milhões de quilowatts, será Itaipu a maior usina hidroelétrica do mundo. Será levantada uma barragem de 105 metros em trecho do rio Paraná, onde corre de modo turbulento dentro de um profundo cânion, poucos quilômetros acima da Ponte da Amizade que une o Brasil e Paraguai, através das cidades de Puerto Stroessner e Foz do Iguaçu. Nos 1.400 metros da largura da barragem, serão montados nessa base 14 geradores de 1.400 quilowatts cada um. Uma vez contido o rio, formar-se-á um lago artificial de 1.400 km<sup>2</sup>, que sepultará os Saltos de Sete Quedas, que os paraguaios denominam de Guairá.

Na realidade, será o projeto financiado integralmente pelo Brasil, ficando a parte computada ao Paraguai como empréstimo a ser pago em 50 anos, a partir de 1981. Estima-se que a construção de Itaipu exija uma inversão de aproximadamente 2 bilhões de dólares, e mais um adicional de 400 milhões investido em comportas, elevadores e outros apetrechos que assegurem a navegabilidade do rio.

A energia será administrada por uma Sociedade Binacional, integrada pela Eletrobrás do Brasil e pela Ande (Administración Nacional de Electricidad) do Paraguai. Como o Paraguai é país essencialmente agropecuarista, com muito pequeno desenvolvimento industrial, não necessitará senão de uma mínima parte da energia produzida por Itaipu. Vendendo energia ao Brasil, converter-se-á no 1.º grande exportador de energia elétrica do mundo.

Alega a Argentina que o trecho do rio Paraná entre Sete Quedas, na confluência do Iguaçu e no estreitamento de Corpus, se constitui numa singularidade geográfica indivisível e que qualquer obra que se venha a realizar aí irá alterar todo o sistema fluvial. Na realidade, porém, o que teme a Argentina é que a cota de 105 metros de Itai-

pu venha a prejudicar seu projeto de *Corpus*, com altura de 120 metros.

Corpus que está com seus estudos atrasados de dois anos em relação a Itaipu necessita não apenas da aprovação do Paraguai, mas também do Brasil, para que a Argentina realize o projeto; isto porque, a hidroelétrica que ficará no Paraná a 30 km rio abaixo do local onde será construída Itaipu, deverá inundar cerca de 20 km de extensão de território brasileiro. Assim, Itaipu, envolvendo apenas o Paraguai e Brasil, merece um acordo bilateral entre os dois países ribeirinhos, ao passo que Corpus envolverá além do Paraguai e Argentina, também o Brasil, como Estado integrante da Bacia.

Quanto à construção da usina argentino-paraguaia em *Apipé-Yaciretá*, os estudos estão bem mais adiantados que os de Corpus; está na dependência apenas de um acordo entre os dois países, para que seja construída na cota prevista de 86 metros de altura, sem sofrer ou causar nenhum prejuízo à usina de Itaipu ou envolver com inundações o território brasileiro.

#### 4 — Corredores de Exportação

A política de prolongamento da rede ferroviária e, sobretudo, rodoviária do litoral Atlântico para o sudoeste e centro-oeste representa a interiorização do progresso e a *integração das áreas onde se encontram as nascentes dos rios formadores da Bacia do Prata*.

Com os elevados índices de crescimento do PBI (Produto Bruto Interno) nos últimos anos, teve o governo que se deter mais no *papel estratégico do comércio externo*, através do qual procura colocar no mercado internacional o crescimento de nossa produção. Para o escoamento desses produtos e a conquista de mercados, tiveram que ser tomadas providências no sistema interno dos transportes, visando os pontos de estrangulamento. Assim, o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 1972/74 passou a considerar os *corredores de exportação como canais de escoamento em massa*, entre as áreas de produção e os locais de destino dos produtos. Envolve, pois, a Bacia Platina três corredores de exportação: o do *Rio Grande*, o de *Paraná-guá* e o de *Santos*.

O *corredor de exportação do Rio Grande* tende a se transformar no principal pólo de atração para a saída de produtos do Estado do Rio Grande do Sul, conjugado a terminais rodo-hidroferroviários. Para esse corredor estão programados: um terminal de 10

\* íntegra do tratado no fim do artigo.

mil toneladas de carne frigorificada; um pátio para "containers" com dois "portainers" de 30 toneladas cada um; aquisição de dois carregadores de cereais, um fixo e outro flutuante, além da construção de um silo de 100 mil toneladas. Com os serviços de dragagem e aprofundamento de canais, haverá a possibilidade de atracação de navios do tipo Panamax, com capacidade superior a 50 mil toneladas de porte bruto; velocidade de carga de 1.500 t/hora; exportação de 4 milhões de toneladas métricas de cereais (grãos e pellets), além de dispor de avançado terminal para exportação de carne.

Através de Chuí, o corredor do Rio Grande possui conexões pavimentadas atingindo Montevidéu, chegando também à fronteira uruguaia através de Livramento; havendo também um traçado paralelo (BR-472), na fronteira com a Argentina.

Já o *corredor de exportação de Paranaguá* tem demonstrado sua importância, através do gradativo crescimento das cargas movimentadas: alcançou em 1972 um incremento global de 31,2% em relação ao do ano de 1968.

A rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, já entregue ao tráfego, tem assim o plano ambicioso de assegurar o rápido escoamento da produção paranaense. Por sua vez, em Foz do Iguaçu, o corredor de Paranaguá entra em conexão com o Paraguai, por estrada pavimentada, que atinge Assunção; aí, sobre o rio Paraná, a ponte da Amizade, inaugurada no governo Castelo Branco, próxima das cataratas, se constitui no maior vão livre de cimento armado do mundo.

No setor portuário de Paranaguá já foram concluídos além da dragagem da barra, o prolongamento de 516 metros de cais, silos para cereais e unidades sugadoras. Além de 14 guindastes e carregadores laterais para "containers", foram concluídos 2 armazéns

de primeira linha no novo cais, que serão, por sua vez, adaptados a dois futuros armazéns de segunda linha.

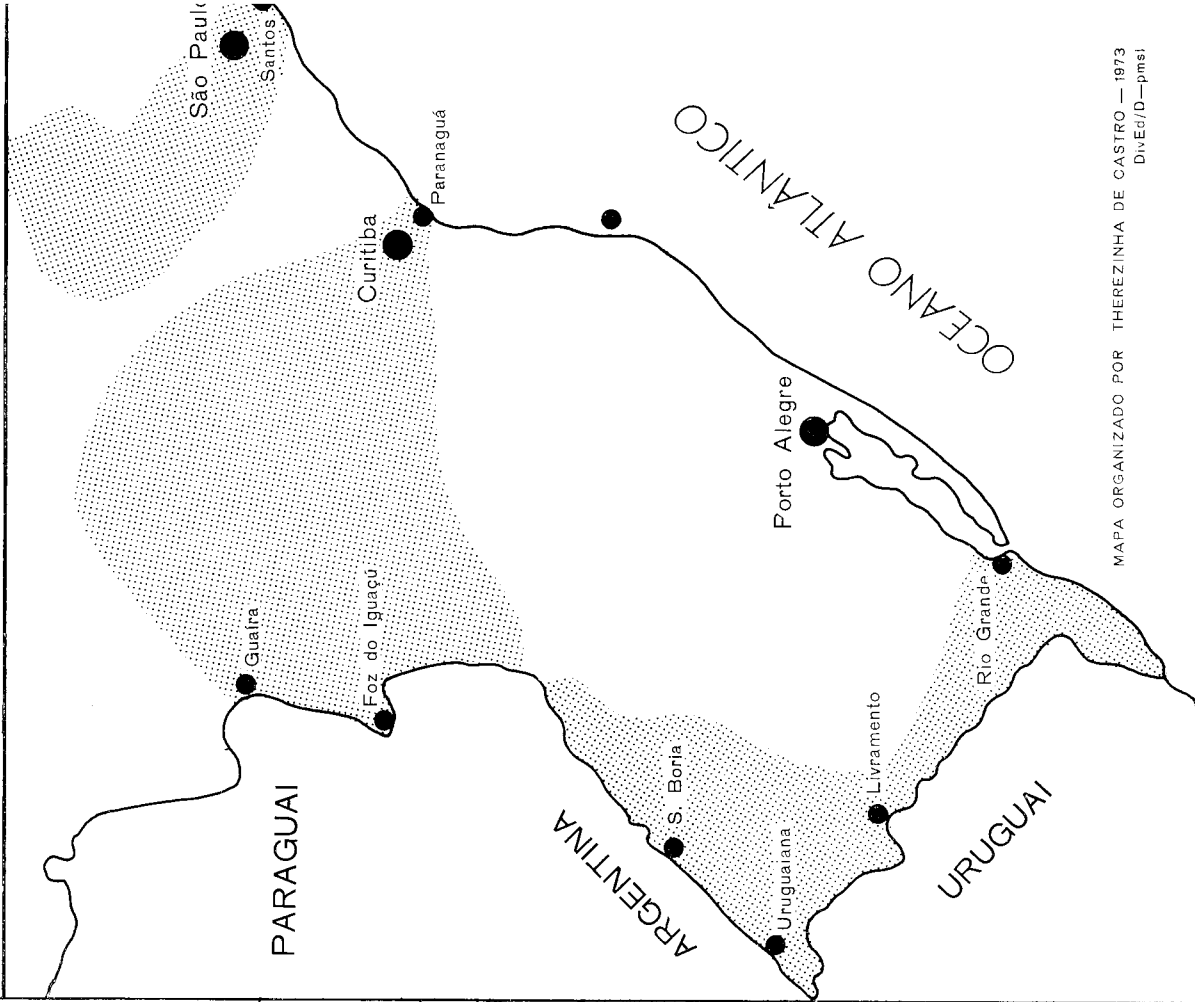
No *corredor de exportação de Santos*, destaca-se a construção do terminal de cereais, na margem esquerda do estuário, com silo de capacidade estática de 100 mil toneladas, acostagem para a profundidade de 13,50 metros e capacidade de embarque de 2.400 t/h. Na margem direita estão em construção dois armazéns e conjuntos transportadores e de carregamento para 1.500 t/h cada, para embarque de milho a granel, farelo e pellets; bem como a dragagem de aprofundamento do estuário e canal de acesso para 14 e 13 metros respectivamente, que permitirá a entrada de navios de tonelagem superior a 40 mil TPB.

Dentro do programa de saídas para o continente, um ajuste de tráfego já foi celebrado com a Bolívia para o transporte, através da Rede Ferroviária Federal, de 35 mil toneladas de algodão e caroço de algodão. Do total, 30 mil toneladas serão transportadas de Santa Cruz de la Sierra para serem consumidas em S. Paulo, enquanto as restantes 5 mil toneladas irão diretamente para o porto de Santos, a fim de serem exportadas. Essa 10.<sup>a</sup> Divisão Noroeste atinge as fronteiras com a Bolívia e Paraguai.

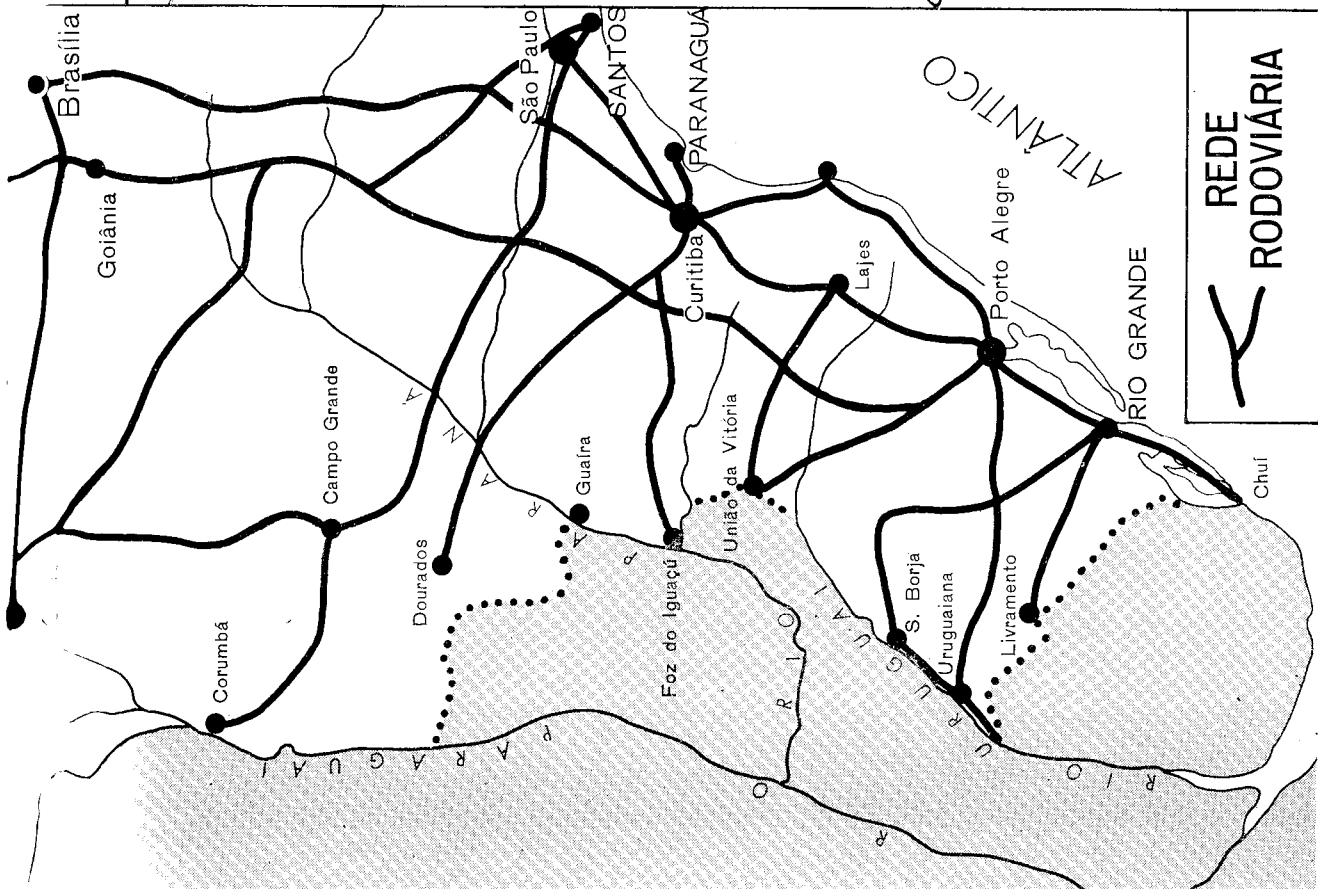
O Ministério dos Transportes assinou contratos com firmas japonesas para o fornecimento, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, de equipamentos destinados aos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, no valor de 35 milhões e 850 mil dólares. Passando da fase de estudos e projetos para o campo da execução imediata, o Brasil integra o seu interior, se integra à Bacia Platina, caminhando para o mar, através desses seus três corredores de exportação.

(Junho de 1973)

# CORREDORES DE EXPORTAÇÃO



MAPA ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO — 1973  
DivEd/D—pmsl



REDE RODOVIÁRIA



---

## TRATADO DE ITAIPU

---

Assinado a 26 de abril de 1973, em Brasília, pelos Chanceleres Mário Gibson Barbosa e Raul Sapena Pastor, estando presente os Presidentes Emílio Garrastasi Médici e Alfredo Stroessner. Conta o referido acordo com três anexos: o Estatuto da Entidade Binacional Denominada Itaipu; a Descrição Geral das Instalações Destinadas à Produção de Energia Elétrica e das Obras Auxiliares; e Bases Financeiras.

### *Artigo I*

As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus anexos, o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu.

### *Artigo II*

Para os efeitos do presente Tratado, entender-se-á por: A) Brasil, a República Federativa do Brasil; B) Paraguai, a República do Paraguai; C) Comissão, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá constituída em 12 de fevereiro de 1967; D) Eletrobrás, a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás do Brasil, ou o ente jurídico que a suceda; E) Ande, a Administración Nacional de Electricidad do Paraguai, ou ente jurídico que a suceda; F) Itaipu, a entidade binacional criada pelo presente Tratado.

### *Artigo III*

As Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada Itaipu, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidroelétrico a que se refere o Artigo I.

*Parágrafo 1.º* — A Itaipu será constituída pela Eletrobrás e pela Ande, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais anexos.

*Parágrafo 2.º* — O Estatuto e os demais anexos poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

### *Artigo IV*

A Itaipu terá sedes em Brasília, capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, capital da República do Paraguai.

*Parágrafo 1.º* — A Itaipu será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva integrados por igual número de nacionais de ambos os países.

*Parágrafo 2.º* — As atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais dos órgãos de administração da Itaipu serão regidos nos idiomas português e espanhol.

## *Artigo V*

As Altas Partes Contratantes outorgam concessão à Itaipu para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidroelétrico do trecho do Rio Paraná referido no Artigo I.

## *Artigo VI*

Formam parte do presente Tratado: A) O Estatuto da Entidade Binacional Denominada Itaipu (anexo a); B) A Descrição Geral das Instalações Destinadas à Produção de Energia Elétrica e das Obras Auxiliares, com as eventuais modificações que se façam necessárias (anexo b); C) As Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade de Itaipu (anexo c).

## *Artigo VII*

As instalações destinadas à produção de energia elétrica e as obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países, estabelecidos nos tratados vigentes.

*Parágrafo 1.º* — As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, o direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra.

*Parágrafo 2.º* — As autoridades declaradas respectivamente competentes pelas Altas Partes Contratantes estabelecerão, quando for o caso e pelo processo que julgarem adequado, a sinalização conveniente, nas obras a serem construídas, para os efeitos práticos do exercício de jurisdição e controle.

## *Artigo VIII*

Os recursos necessários à interligação do capital da Itaipu serão supridos à Eletrobrás e a Ande, respectivamente, pelo Tesouro brasileiro e pelo Tesouro paraguaio ou pelos organismos financiadores que os Governos indicarem.

*Parágrafo Único* — Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, com o consentimento da outra, adiantar-lhe os recursos para a integralização do capital, nas condições estabelecidas de comum acordo.

## *Artigo IX*

Os recursos complementares aos mencionados no Artigo VIII, necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pelas Altas Partes Contratantes ou obtidos pela Itaipu mediante operações de crédito.

## *Artigo X*

As Altas Partes Contratantes, conjunta ou separadamente, direta ou indiretamente, na forma que acordarem, darão à Itaipu, por solicitação desta, garantia para as operações de crédito que realizar. Assegurarão, da mesma forma, a conversão cambial necessária ao pagamento das obrigações assumidas pela Itaipu.

## *Artigo XI*

Na medida do possível e em condições comparáveis, a mão-de-obra especializada ou não, os equipamentos e materiais disponíveis nos dois países, serão utilizados de forma equitativa.

*Parágrafo 1.º* — As Altas Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para que seus nacionais possam empregar-se, indistintamente, em trabalhos efetuados no território de uma ou de outra, relacionados com o objetivo do presente Tratado.

*Parágrafo 2.º* — O disposto neste Artigo não se aplicará às condições acordadas com organismos financiadores, no que se refere à contratação de pessoal especializado ou à aquisição de equipamentos ou materiais. Tampouco se aplicará o disposto neste artigo se necessidades tecnológicas assim o exigirem.

## *Artigo XII*

As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à tributação, as seguintes normas:

A) Não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, à Itaipu e aos serviços de eletricidade por ela prestados; B) Não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios de qualquer natureza sobre os materiais e equipamentos que a Itaipu adquira em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a Itaipu seja parte; C) Não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os lucros da Itaipu e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica, sempre que o pagamento de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da Itaipu; D) Não oporão nenhum entrave e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos da Itaipu que resultar da execução do presente Tratado; E) Não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos no item B deste Artigo; F) Serão admitidos nos territórios dos dois países os materiais e equipamentos aludidos no item B deste Artigo.

## *Artigo XIII*

A energia produzida pelo aproveitamento hidroelétrico a que se refere o Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo.

*Parágrafo Único* — As Altas Partes Contratantes se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente, na forma que acordarem, o total da potência instalada.

## *Artigo XIV*

A aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu será realizada pela Eletrobrás e pela Ande, que também poderão fazê-la por intermédio das empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias que indicarem.



## *Artigo XV*

O anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da Itaipu.

*Parágrafo 1.º* — A Itaipu pagará às Altas Partes Contratantes em montantes iguais “royalties” em razão da utilização do potencial hidráulico.

*Parágrafo 2.º* — A Itaipu incluirá, no seu custo de serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

*Parágrafo 3.º* — A Itaipu incluirá, outrossim, no seu custo de serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia a outra.

*Parágrafo 4.º* — O valor real da quantidade de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao pagamento dos “royalties”, dos rendimentos sobre o capital e da remuneração estabelecida no anexo C, será mantido constante, para o que a dita quantidade acompanhe as flutuações do dólar dos Estados Unidos da América, referido ao seu padrão de peso e título, em ouro, vigente na data da troca dos instrumentos de ratificação do presente Tratado.

*Parágrafo 5.º* — Este valor com relação ao peso e título do ouro do dólar dos Estados Unidos da América poderá ser substituído, no caso em que a mencionada moeda deixe de ter referida paridade oficial em relação ao ouro.

## *Artigo XVI*

As Altas Partes Contratantes manifestam seu empenho em estabelecer todas as condições para a entrada em serviço da primeira unidade geradora ocorra dentro do prazo de oito anos, após a ratificação do presente Tratado.

## *Artigo XVII*

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidroelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos.

*Parágrafo 1.º* — A delimitação de tais áreas estará a cargo da Itaipu, “ad referendum” das Altas Partes Contratantes.

*Parágrafo 2.º* — Será de responsabilidade da Itaipu o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

*Parágrafo 3.º* — Nas áreas delimitadas será livre o trânsito de pessoas que estejam prestando serviços a Itaipu, assim como o de bens destinados à mesma ou a pessoas físicas ou jurídicas por ela contratadas.

## *Artigo XVIII*

As Altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ou de atos unilaterais, adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito: A) diplomáticos e consulares; B) administrativos e financeiros; C) de trabalho e previdência social; D) fiscais e aduaneiros; E) de trânsito através da fronteira internacional; F) urbanos e habitacionais; G) de polícia e de segurança; H) de controle do acesso às áreas que se delimitam em conformidade com o artigo XVII.

## *Artigo XIX*

O foro da Itaipu, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil ou no Paraguai, será, respectivamente, o de Brasília e o de Assunção. Para tanto, cada Alta Parte Contratante aplicará sua própria legislação, tendo em conta as disposições do presente Tratado e de seus anexos.

*Parágrafo Único* — Em se tratando de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede fora do Brasil ou do Paraguai, a Itaipu acordará as cláusulas que regerão as relações contratuais de obras e fornecimentos.

## *Artigo XX*

As Altas Partes Contratantes adotarão, por meio de um protocolo adicional, a ser firmado dentro de noventa dias, contados a partir da data da troca dos instrumentos de ratificação do presente Tratado, as normas jurídicas aplicáveis às relações de trabalho e previdência social dos trabalhadores contratados pela Itaipu.

## *Artigo XXI*

A responsabilidade civil e/ou penal dos conselheiros, diretores, diretores adjuntos e demais empregados brasileiros ou paraguaios da Itaipu, por atos lesivos aos interesses desta, será apurada e julgada de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas.

*Parágrafo Único* — Para os empregados de terceira nacionalidade proceder-se-á de conformidade com a legislação brasileira ou paraguaia, segundo tenham a sede de suas funções no Brasil ou no Paraguai.

## *Artigo XXII*

Em caso de divergência quanto à interpretação ou à aplicação do presente Tratado, e seus anexos, as Altas Partes Contratantes a resolverão pelos meios diplomáticos usuais, o que não retardará ou interromperá a construção e/ou a operação do aproveitamento hidroelétrico e de suas obras e instalações auxiliares.

## *Artigo XXIII*

A Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, criada em 12 de fevereiro de 1967 com a finalidade de realizar os estudos aludidos no preâmbulo do presente Tratado, manter-se-á constituída até entregar às Altas Partes Contratantes o relatório final da missão que lhe foi confiada.

## *Artigo XXIV*

O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos serão trocados, o mais brevemente possível, na cidade de Assunção.

## *Artigo XXV*

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

Em fé do que os plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Tratado, em dois exemplares, em português e espanhol, ambos os textos igualmente idênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos vinte e seis dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e três.

# Bulgária

THEREZINHA DE CASTRO  
Geógrafa do IBGE

## 1 — Aspecto Geoeconômico

Localizada na *Península Balcânica*, a *Bulgária* ocupa uma área de 110.842 km<sup>2</sup>, menor portanto que a do nosso Território do Amapá ..... (140.276 km<sup>2</sup>). Banhada pelo *mar Negro*, faz o país limites com a Rumânia, Iugoslávia, Grécia e Turquia. Sua *população*, estimada em 1.º de janeiro de 1970, era de 8.467.300 habitantes, dando ao país a densidade demográfica de 76 habitantes/km<sup>2</sup>.

Por sua *estrutura topográfica*, constitui-se a Bulgária numa região montanhosa, com sua abertura no mar Negro; o arco setentrional é formado pela cadeia Balcânica, o meridional pelo Rodope. Alternando-se com os dois arcos, duas grandes depressões se apresentam em território búlgaro.

Sob o *ponto de vista geográfico*, divide-se o país em *quatro grandes regiões naturais*:

a) A primeira, ao norte, é a zona das *Mesetas Danubianas*, descendo através de uma série de terraços da Cadeia Balcânica até a margem direita do Danúbio. Trata-se de uma área ampla, de grandes linhas horizontais, profundamente recortada por vales de rios tributários do Danúbio, paralelos entre si, apresentando uma série de meandros. Ocupando o fundo de uma falha, a ribeira búlgara domina a sua vizinha rumena, encontrando-se também, do lado búlgaro, zonas baixas e pantanosas, especialmente na região de Sistov, onde a erosão se fez mais ativa e onde se pratica a *cultura do arroz*.

No conjunto, as terras porosas e férteis do *lões* são favoráveis ao *cultivo dos cereais*, entre os quais se destacam o *trigo* e o *milho*. Nas nascentes

desses vales estão as terras aproveitadas na *cultura da vinha e árvores frutíferas*.

A simetria regional se interrompe porém no nordeste, em seguida ao curso do rio Lom, onde os *campos da Dobrudja* dão à paisagem o aspecto mais desértico e monótono; é esta a *zona do fumo e algodão*.

Em virtude da proximidade da Cadeia Balcânica, os *afluentes búlgaros do Danúbio* são bem mais curtos, e não têm a importância dos que atravessam a planície da Valáquia, na Rumânia\*. O mais extenso é o Iskar (300 km), que atravessa a Cadeia Balcânica por estreitas gargantas, aproveitadas pela ferrovia que une Sófia à Pleven; nesse curso d'água foi construída uma grande barragem, cujas águas são utilizadas na irrigação.

Nesta região natural, *Ruse* (Rutschuk), antiga fortaleza danubiana, com 149.600 habitantes, é a mais populosa cidade desse meio rural, além de porto importante do Danúbio. Nessa cidade os turcos se constituem na quarta parte da população, vivendo num pitoresco bairro, onde funcionam 29 mesquitas. Segue-lhe, em importância, a cidade de *Pleven* (Plevna), velho mercado provincial, nascido em torno de uma fortaleza, sendo hoje centro administrativo das regiões produtoras de algodão e vinho, com seus 89.814 habitantes.

Recuperando em 1941 parte da Dobrudja, que havia sido anexada no período de entre-guerras, foi favorecida a Bulgária obtendo a cidade de *Varna*, já chamada Stalin entre os anos de 1949-1956. Com seus 219.000 habitantes, é o melhor porto no mar Negro, no trecho compreendido entre a foz do Danúbio e o estreito de Bósforo, pois goza da vantagem de estar livre dos gelos durante todo o ano; sendo escala das linhas de navegação entre Odessa (Rússia), Constança (Rumânia) e Istambul (Turquia). É a saída marítima da produção cerealística búlgara, sendo também terminal da ferrovia danubiana que passa por Ruse.

b) A *Cadeia Balcânica* tem no *Jamurkcha* (2.375 metros) seu ponto mais elevado. Hoje essa região montanhosa não isola mais as duas Bulgárias, pois seus numerosos *passos* são fáceis de serem atravessados. Recoberta por bosques, é uma região habitável, onde os campos de plantação de *batata*, *aveia* e *cevada* se alternam com os prados onde se cria o *gado ovino* e *bovino*. Nestas montanhas

\* Vide Atlas de Relações Internacionais n.º 24.

estão também as principais jazidas de ferro, zinco e cobre do país.

Sob o ponto de vista histórico, a Cadeia Balcânica dividiu, no passado, o país em duas grandes regiões: a Bulgária propriamente dita, na bacia danubiana, e a Rumélia ao Sul. É que os passos locais foram fortemente protegidos por fortalezas, onde se travaram lutas sangrentas. Assim, *Tirnov*, capital búlgara dos czares, transformada no foco de resistência, representou o espírito nacional búlgaro contra o domínio turco predominando no sul. Tirnov (Tarnovo), cidade em anfiteatro que desce para o vale do Jantra, é hoje o centro de indústrias de couro, tecidos e alimentos.

Sob o ponto de vista geográfico a Cadeia Balcânica se constitui no principal centro dispersor de águas do país, pois é aí que nascem os tributários do Danúbio, além de cursos importantes que desembocam no Egeu.

c) Ao sul da Cadeia Balcânica surge uma paisagem composta por uma série de vales e planícies que se sucedem até o mar Negro; é a *Rumélia* que, em proporção bem superior a do rio Danúbio, se constituiu, e se constitui ainda, no principal caminho natural nas relações entre a Bulgária e a Europa Central. Por esta espécie de corredor natural se efetuou também a vida internacional entre a Europa Ocidental e o mundo otomano, onde Sófia, hoje com 868.200 habitantes, desempenhou papel importante.

Capital da Bulgária desde 1879, graças a sua posição privilegiada à margem do rio Iskar, numa fértil planície, Sófia foi convertida no entroncamento das comunicações do país. Ocupa importante posição geopolítica em zona vital do sudeste europeu; sendo servida pela ferrovia "Orient Express", se constitui em ativo centro nas comunicações entre as Europas Ocidentais, Central e Istambul (antiga Constantinopla).

Da época turca, Sófia apresenta como testemunho uma grande mesquita; como centro da autônoma Igreja Ortodoxa Búlgara, emancipada do Patriarcado de Constantinopla, e que aglutinou a corrente nacionalista do país no século XIX, exhibe o belo Palácio do Santo Sínodo; além da mundialmente famosa igreja bizantina de Santa Sofia.

Além das funções administrativas, Sófia é hoje o centro principal onde começa a se desenvolver a indústria pesada do país.

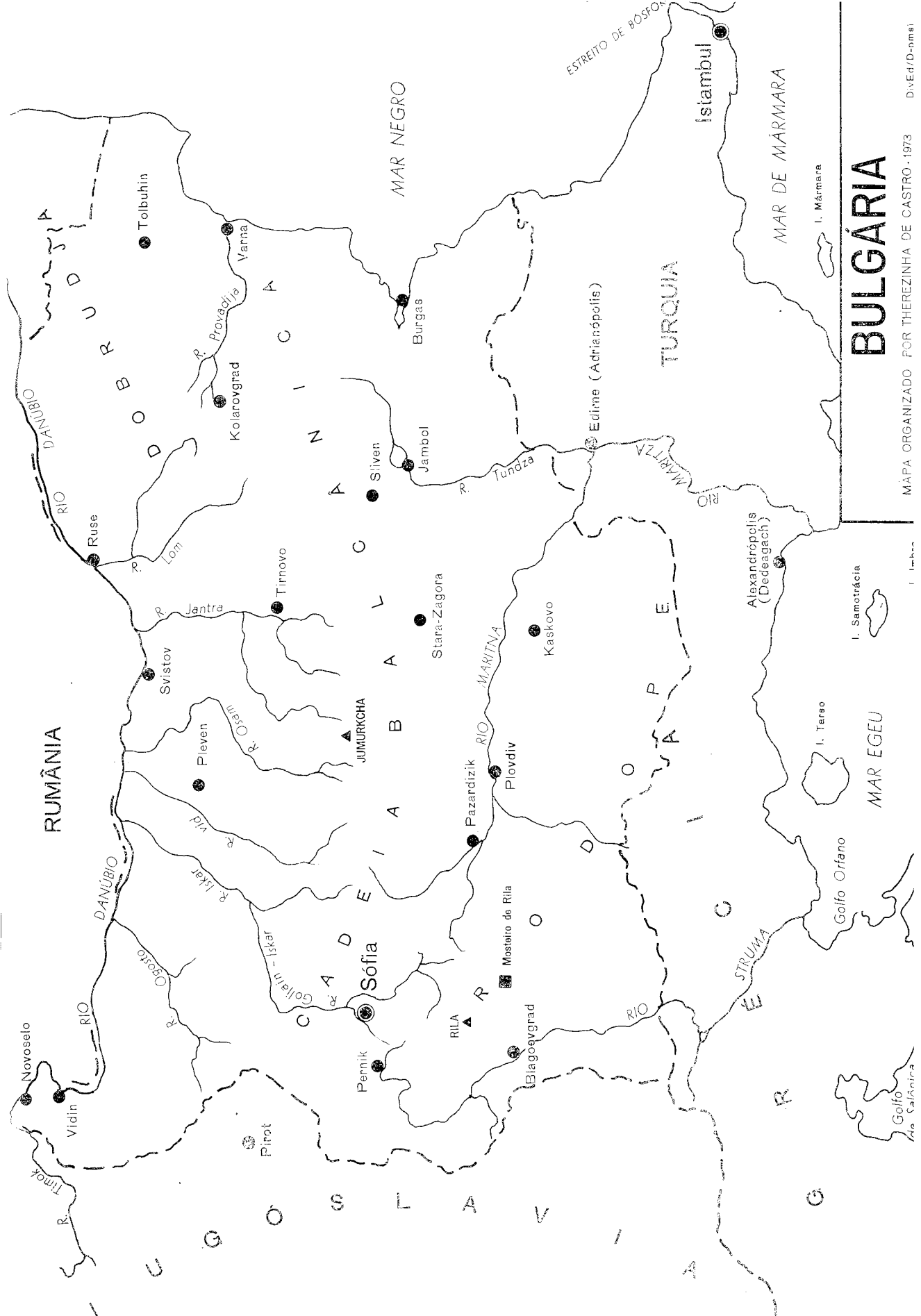
Ainda neste corredor natural formado pela Rumélia, *Plovdiv* (Filipópolis) é a segunda cidade búlgara em concentração demográfica, com seus 247.500 habitantes. Situada no amplo vale do Maritza, é servida pela ferrovia que liga Belgrado à Istambul. Na margem direita do rio, onde se estende a cidade, estão dispostas cinco colinas com alturas variando dos 80 aos 100 metros; observando atentamente a disposição de seus cumes, vê-se que formam uma cruz latina. Ativo centro comercial, Plovdiv exporta cereais, vinhos, lãs, fios de seda de origem animal e essência de rosas para as regiões vizinhas. Seu antigo nome, Filipópolis, homenageava a Filipe da Macedônia, que mandou edificar a cidade.

Passando-se por *Stara-Zagora* (109.100 habitantes) através da ferrovia que une Plovdiv ao mar Negro, chega-se a *Burgas* (131.700 habitantes), porto exportador da Rumélia e centro industrial explorando as jazidas da Cadeia Balcânica.

A Rumélia, apesar da semelhança geográfica entre suas planícies, apresentam-se estas de um modo geral, fechadas, impedindo que aí penetre a influência marítima. Daí a característica continental do clima na região, com temperaturas rigorosas no inverno e verões muito quentes. A temperatura média de Sófia é de 3º,1 (janeiro) e 27º,5 (julho) apresentando uma amplitude de 30º,4. O regime pluviométrico é de precipitações concentradas no início do verão; notando-se na parte oriental da bacia do Maritza uma zona árida aproveitada para a cultura da cana-de-açúcar e algodão.

No seu conjunto, a Bulgária oferece um tipo climático intermediário entre o danubiano e o mediterrâneo propriamente dito. Neste particular, a Cadeia dos Bálcans distingue a Rumélia das Mesetas Danubianas, onde reina o clima frio com estações temperadas; em Pleven, por exemplo, os termômetros descem a zero no inverno (janeiro), subindo a 23º no verão (julho).

Percorrendo a planície da Rumélia, o rio *Maritza* com seus 490 km de curso é das correntes fluviais mais importantes da Península Balcânica; saindo do território búlgaro faz fronteira entre a Grécia e Turquia, para desembocar no mar Egeu, formado pelo Mediterrâneo. Sua bacia abrange 54.000 km<sup>2</sup>, sendo em grande parte navegável. Seu afluente *Tundza* (330 quilômetros) tem no seu percurso, onde domina *Jambol* (67.971 habitantes), os principais núcleos de fabricação de essência de rosas. Mais interio-



# BULGÁRIA

MAPA ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO - 1973

D.v.Edr/D-omei

rizado, o *Struma* (430 km) nasce no centro dispersor de Sófia, e entrando na Grécia vai desembocar no golfo de Orfano, também no mar Egeu.

d) Ao sul do país estende-se a *região montanhosa do Rodope*, numa extensão de 400 km e largura de quase 150 km. Circundado pelos vales do *Struma* e *Maritza*, tem esse maciço, no *monte Rila* (2.924 metros), o seu pico mais elevado.

Encontra-se aí a *zona pecuarista*, por excelência, da Bulgária, dentro do *sistema da transumância sazonal* entre a planície e a montanha.

Embora se apresente num conjunto homogêneo, é bastante articulado e, sujeito a grande desgaste erosivo, determina o isolamento político e econômico dos grupos aí estabelecidos. Suas elevações secundárias apresentam vegetação em bosques, enquanto nas partes mais altas e desnudas se assentam vários conventos, entre os quais se destaca o *Mosteiro de Rila* (Rilski), fundado em princípios do século XIII, conservando as relíquias de S. João de Rila, santo búlgaro muito venerado, que viveu no século IX.

No seu conjunto, a Bulgária se caracteriza por uma *economia preponderantemente agrícola*, baseada no *sistema coletivista* desde 1958, quando os camponeses foram agrupados em *cooperativas de produção*. A *indústria*, ainda incipiente, nacionalizada em 1947, tem seus principais ramos ligados aos produtos alimentícios e extração mineral. Entrando na fase da industrialização, já a população, outrora mais rural, vem-se transformando em urbana atingindo em 1970 a cifra de 52%.

## 2 — Aspecto Histórico-Político

Habitada pelos *trácios*, fez a Bulgária parte do *Império Romano*, sendo no início do século VI invadida pelos *eslavos* e logo em seguida por *tribos búlgaras* de origem turco-mongólica, consideradas herdeiras dos hunos.

Coube aos búlgaros estabelecer na região a *Grande Bulgária* abandonando a vida tribal e fundindo-se aos eslavos, para formar o *primeiro grande Estado nos Bálcans*. Seu rei, Boris I (852-889), converteu-se ao *cristianismo grego* na esperança de um dia estender seus domínios até Constantinopla, capital do Império Bizantino. No entanto, aos poucos, a ortodoxia búl-

gara foi-se transformando para, em 870, ver surgir uma *Igreja Nacional*, com o *eslavo como língua oficial*.

Em 972, a região era *invadida pelos bizantinos* e essa ocupação duraria cerca de um século e meio. Em 1431, começam os *turcos otomanos* a penetrar na Bulgária, que perderia sua independência com a tomada de Sófia (1382) e Tirnova (1383). É então que uma parte dos búlgaros se refugia na Cadeia Balcânica, enquanto a outra, submetida à condição servil dos rayias, passava a fornecer seus jovens para formar o exército dos janísaros.

No século XVIII, o desejo russo de por a mão sobre os estreitos de Dardanelos e Bósforo em poder dos turcos otomanos, para ter liberdade nos mares Negro e Mediterrâneo, poria em perigo a integridade do Império Otomano. Assim, em virtude da *intervenção russa*, reconhecida pelo Império Otomano (Tratado de Kainardji — 1774), como protetora dos ortodoxos búlgaros, iria melhorar um pouco a sorte destes; passaram a ter liberdade de culto, sendo dispensados do serviço militar.

Ainda dentro da política de obtenção dos estreitos, os russos *incentivaram a tomada da consciência nacional búlgara*. Em 1876 conseguiram finalmente que os búlgaros se revoltassem contra o julgo otomano; a sangrenta repressão turca levou a Europa a permitir que a Rússia interviesse em defesa de seus irmãos de crença ortodoxa contra o inimigo comum mulçumano. Vencedora, a Rússia, pelo *Tratado de San Stefano* (1878), obrigava o Império Otomano a permitir a constituição de uma *Bulgária autônoma*, englobando parte da Grécia, chegando portanto ao Egeu, no Mediterrâneo.

Inquietos com a chegada indireta da Rússia ao Mediterrâneo, os europeus, reunidos no *Congresso de Berlim* (1878), fazem recuar as fronteiras da Bulgária, *retirando-lhe o acesso ao Egeu e dividindo-a em duas*: na região danubiana, ao norte da Cadeia Balcânica, instalaram um principado vassalo do Sultão, com um príncipe eleito; ao sul, surgia a província autônoma da Rumélia, com um governo cristão designado pelo governo otomano.

Com uma revolta eclodida em Plovdiv (1885), voltam novamente a se unir as duas regiões que a diplomacia européia havia imposto para proteger seus interesses, mas que os passos balcânicos jamais isolaram.

A existência política da Bulgária vai, a partir daí, estar condicionada à

*rivalidade austro-russa*. Como a Bulgária havia conseguido unificar-se sem o apoio russo, a Austria implantou sua tutela no novo Estado que se refazia. Em contrapartida, a Rússia, em nome do equilíbrio balcânico, acabaria por dar apoio a Fernando de Saxe-Coburgo, e transformá-lo no czar da Bulgária que adquire, assim, como nação, a sua *independência absoluta* (1908).

Na guerra que a Bulgária haveria de manter contra a Turquia, conseguiria levar as fronteiras do país à Adrianópolis (atual Edirne) e mar Egeu (Tratado de Londres de 30 de maio de 1913). Surgem então os protestos gregos, e no conflito Grécia-Bulgária, a Paz de Bucarest (10 de agosto de 1913) desfaz a Grande Bulgária, subtraindo-lhe Adrianópolis e deixando-lhe apenas o porto de Dedeagach (atual Alexandrópolis) como saída para o mar Egeu.

Participando da Primeira Grande Guerra ao lado da Alemanha a Bulgária, no grupo vencido, teria subtraído ainda mais seu território; pelo Tratado de Neuilly (25 de novembro de 1919) perdia sua saída para o Egeu, a faixa de terra dominada por Piro-

para a Iugoslávia, além de parte da planície, da Dobrudja que a Rumânia anexava.

Iludidos ainda pelo sonho da formação da Grande Bulgária, os búlgaros, no segundo conflito mundial, se aliam mais uma vez à Alemanha que pressionou a Rumânia a ceder parte da Dobrudja, anexada pelo Tratado de Neuilly. Apesar de se encontrar de novo no grupo dos vencidos, graças à influência da Rússia, a Bulgária conseguiu manter a Dobrudja (Tratados de Paris de 10 de fevereiro de 1947).

Já, então, não era mais a Bulgária, desde 1946, governada por regime monárquico; implantara-se, por influência russa, uma *república popular* que a Constituição de 4 de dezembro de 1947 viria a confirmar.

Desde 1945, dentro da *esfera de influência soviética*, a Bulgária se constitui numa das peças fundamentais da estratégia russa no sudeste europeu. Seu *valor estratégico* se fundamenta principalmente no fato de sentir-se a Rússia insegura na Iugoslávia, e de não contar com a Grécia e Turquia em sua órbita de influência.

(junho de 1973)

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
I B G E — Diretoria Técnica  
Departamento de Documentação e Divulgação  
Geográfica e Cartográfica

# Revista Brasileira de GEOGRAFIA

n.º 2 Ano 35 Abr./jun. — 1973

Diretor Responsável: Amaro da Costa Monteiro

Secretário: Ney Strauch

1 — MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NO CRÉSCIMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3
2 — A ORGANIZAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO ANALISADA ATRAVÉS DA CIRCULAÇÃO DE ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS	103
3 — AS MIGRAÇÕES INTERNAS E AS ESTATÍSTICAS NACIONAIS	125
4 — DIRETRIZES E PRIORIDADES DAS PESQUISAS AGRÁRIAS	135
5 — NOTICIÁRIO	141

A Revista Brasileira de Geografia não insere matéria remunerada, nem aceita qualquer espécie de publicidade comercial, não se responsabilizando também pelos conceitos emitidos em artigos assinados.